

**Perceção de Coparentalidade e de Problemas  
Socioemocionais de Crianças em Idade Pré-  
Escolar:** Um Estudo Comparativo entre Mães e Pais em  
Famílias Nucleares Intactas

**Márcia Isabel Cotovio Salvador**

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em  
**Psicologia Clínica e da Saúde**  
(2º ciclo de estudos)

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Doutora Ana Isabel Cunha

outubro 2024



**Perceção de Coparentalidade e de Problemas Socioemocionais de Crianças em Idade Pré-Escolar:** Um Estudo Comparativo entre Mães e Pais em Famílias Nucleares Intactas

**Márcia Isabel Cotovio Salvador**

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em  
**Psicologia Clínica e da Saúde**  
(2<sup>o</sup> ciclo de estudos)

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Doutora Ana Isabel Cunha

outubro **2024**

## Declaração de Integridade

Eu, Márcia Isabel Cotovio Salvador, que abaixo assino, estudante com o número de inscrição M12369 do Mestrado em Psicologia Clínica e da Saúde da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, declaro ter desenvolvido o presente trabalho e elaborado o presente texto em total consonância com o **Código de Integridades da Universidade da Beira Interior**.

Mais concretamente afirmo não ter incorrido em qualquer das variedades de Fraude Académica, e que aqui declaro conhecer, que em particular atendi à exigida referenciação de frases, extratos, imagens e outras formas de trabalho intelectual, e assumindo assim na íntegra as responsabilidades da autoria.

Universidade da Beira Interior, Covilhã 11 de outubro de 2024



## **Agradecimentos**

À minha orientadora, Professora Doutora Ana Isabel Cunha, que me acompanhou durante todo o processo, agradeço a sua orientação e expertise, a sua paciência, encorajamento, e sugestões que me ajudaram a aperfeiçoar cada parte deste trabalho.

Aos diretores das instituições escolares, agradeço terem acolhido este projeto e permitido que a recolha de dados fosse possível nas vossas instituições.

Às educadoras, agradeço o papel essencial que tiveram na recolha de dados, foram verdadeiramente incansáveis.

Às mães e pais que participaram neste estudo, agradeço a confiança e disponibilidade na resposta aos questionários distribuídos, partilhando connosco algumas das vossas experiências familiares mais pessoais.

Um sincero muito obrigada!

Este trabalho é o resultado de uma soma de esforços e dedicação, e cada um de vós teve um papel fundamental no percurso.

## Resumo

A coparentalidade diz respeito à forma como duas pessoas, que partilham a responsabilidade de criar e educar uma criança, se relacionam uma com a outra, se apoiam mutuamente e coordenam esforços no seu papel enquanto pais. A literatura sugere que uma coparentalidade positiva é benéfica para o desenvolvimento socioemocional das crianças, enquanto uma coparentalidade negativa é potenciadora do desenvolvimento de problemas de externalização e internalização. O objetivo deste estudo é analisar a relação entre a coparentalidade e os problemas socioemocionais de crianças em idade pré-escolar, através da comparação das perceções de mães e pais. A amostra é composta por 110 casais de famílias nucleares intactas, com filhos entre os 3 e os 6 anos ( $M = 4.21$ ;  $DP = .92$ ). Mães e pais responderam, de forma independente, às versões portuguesas do *Coparenting Questionnaire (CQ)*, que permite avaliar as perceções que os cônjuges têm um do outro enquanto pais em três dimensões (cooperação, conflito e triangulação), e do *Strengths and Difficulties Questionnaire (SDQ)*, que permite a identificação de dificuldades socioemocionais dos seus filhos. A análise comparativa foi realizada em quatro níveis: análise dos itens, acordo interparental, análise de diferenças e associação entre as variáveis. Os resultados revelaram elevada similaridade na forma como as mães e os pais responderam aos itens do CQ e do SDQ. Foram encontradas correlações significativas, positivas, fracas e moderadas entre a perceção materna e paterna de Cooperação e Conflito, e fortes para a perceção dos Problemas de Externalização, Internalização e Total das Dificuldades. Verificou-se uma diferença estatisticamente significativa entre as perceções materna e paterna de Cooperação na relação coparental, com os pais a considerar que as mães são mais cooperantes. Tanto na perspetiva das mães, como dos pais, o Conflito na relação coparental revelou-se positivamente associado com os Problemas de Externalização dos filhos. Apenas para as mães, a perceção de maior Cooperação na relação coparental foi associada à perceção de menos Problemas de Externalização dos filhos. São discutidas as implicações do estudo para a investigação e intervenção com famílias com crianças em idade pré-escolar.

## Palavras-chave

Coparentalidade; Problemas Socioemocionais; Idade Pré-Escolar; Perceção de Mães e Pais

## **Abstract**

Coparenting refers to how two people, who share the responsibility of raising a child, relate to each other, mutually support each other and coordinate efforts in their role as parents. The literature suggests that positive coparenting is beneficial for children's socio-emotional development, while negative coparenting is an enhancer of the development of externalizing and internalizing problems. The aim of this study is to analyse the relationship between coparenting and socio-emotional problems of preschool children, by comparing the perceptions of mothers and fathers. The sample is composed of 110 couples from intact nuclear families, with children between 3 and 6 years old ( $M = 4.21$ ;  $SD = .92$ ). Mothers and fathers independently answered the Portuguese versions of the Coparenting Questionnaire (CQ), which allows the assessment of the perceptions that spouses have of each other as parents in three dimensions (cooperation, conflict and triangulation), and of the Strengths and Difficulties Questionnaire (SDQ), which allows the identification of socio-emotional difficulties of their children. The comparative analysis was performed at four levels: analysis of the items, interparental agreement, analysis of differences and association between the variables. The results revealed high similarity in the way mothers and fathers in the sample responded to the CQ and SDQ items. Significant, positive, weak and moderate correlations were found between maternal and paternal perception of Cooperation and Conflict, and strong correlations for the perception of Externalization, Internalization and Total Difficulties Problems. There was a statistically significant difference between maternal and paternal perceptions of Cooperation in the coparental relationship, with fathers considering that mothers are more cooperative. From both mothers' and fathers' perspectives, conflict in the coparental relationship was positively associated with children's Externalizing Problems. Only for mothers, the perception of greater Cooperation in the coparental relationship was associated with the perception of fewer of Externalizing Problems in their children. The implications of the study for research and intervention with families with preschool children are discussed.

## **Keywords**

Coparenting; Socio-emotional Problems; Preschool Age; Mother and Father Perceptions

# Índice

<b>Introdução</b> .....	1
<b>I. Enquadramento Teórico</b> .....	3
<b>1.1. Coparentalidade</b> .....	3
<b>1.1.1. Modelos Teóricos</b> .....	4
<b>1.1.2. Fatores Associados</b> .....	7
<b>1.1.3. Perceção Materna e Paterna de Coparentalidade</b> .....	9
<b>1.2. Problemas Socioemocionais em Idade Pré-Escolar</b> .....	12
<b>1.2.1. Definição e Conceptualização</b> .....	12
<b>1.2.2. Fatores de Risco</b> .....	13
<b>1.2.3. Perceção Materna e Paterna dos Problemas Socioemocionais</b> .....	14
<b>1.3. Coparentalidade e os Problemas Socioemocionais da Criança em Idade Pré-Escolar</b> .....	17
<b>II. Estudo Empírico</b> .....	21
<b>2.1. Objetivos</b> .....	21
<b>2.2. Método</b> .....	22
<b>2.2.1. Participantes</b> .....	22
<b>2.2.2. Procedimentos</b> .....	24
<b>2.2.3. Instrumentos</b> .....	25
<b>2.2.4. Análise Estatística</b> .....	26
<b>2.3. Resultados</b> .....	27
<b>2.4. Discussão</b> .....	33
<b>2.5. Conclusão</b> .....	37
<b>Referências Bibliográficas</b> .....	40

## **Lista de Figuras**

**Figura 1.** Níveis de Análise do Acordo Interparental

## **Lista de Tabelas**

**Tabela 1.** Características Sociodemográficas dos Participantes

**Tabela 2.** Características Sociodemográficas das Crianças

**Tabela 3.** Análise da frequência das respostas dadas pelas mães e pelos pais no CQ

**Tabela 4.** Análise da frequência das respostas dadas pelas mães e pelos pais no SDQ

**Tabela 5.** Coparentalidade: correlações, estatísticas descritivas e diferenças das médias (classificações materna e paterna)

**Tabela 6.** Problemas Socioemocionais: correlações, estatísticas descritivas e diferenças das médias (classificações materna e paterna)

**Tabela 7.** Correlações entre as percepções de Coparentalidade e as percepções dos Problemas Socioemocionais dos filhos, em mães e pais

## **Lista de Acrónimos**

UBI	Universidade da Beira Interior
UAç	Universidade dos Açores
CQ	<i>Coparenting Questionnaire</i>
SDQ	<i>Strengths and Difficulties Questionnaire</i>

## Introdução

Entende-se por coparentalidade a forma como os pais se relacionam um com o outro, se apoiam mutuamente e coordenam esforços no desempenho das funções que garantem a satisfação das necessidades básicas, de proteção, desenvolvimento físico e emocional de uma criança da qual ambos partilham a responsabilidade de criar e educar (Feinberg, 2003). Pode, neste sentido ser considerada como “a experiência mais assustadora, e, no entanto, significativa que dois adultos compartilham” (Margolin et al., 2001, p. 3). Seguindo uma perspectiva sistêmica, considera-se que os comportamentos dos membros da família influenciam e são condicionados pelas percepções que estes têm das dinâmicas relacionais familiares (Cross et al., 2020). Deste modo, no estudo da coparentalidade, é especialmente relevante atender à perspectiva de ambos os pais, no sentido de compreender os processos e dinâmicas a ela inerentes.

Desde cedo que muitos dos estudos sobre coparentalidade se focaram, entre outros aspetos, nas implicações da mesma no desenvolvimento das crianças (Van Egeren & Hawkins, 2004). Com efeito, a investigação desenvolvida ao longo das últimas décadas permitiu averiguar a existência de associações entre a relação coparental e os problemas socioemocionais manifestados pelos filhos, destacando uma coparentalidade mais positiva como benéfica para o ajustamento infantil e uma coparentalidade mais negativa como potenciadora do desenvolvimento de problemas de externalização e de internalização (Teubert & Pinquart, 2010; Zhao et al., 2022). A idade pré-escolar corresponde a um período particularmente importante para o desenvolvimento socioemocional das crianças (Parkes et al., 2019), sendo também por esta altura que surgem as primeiras manifestações de problemas socioemocionais, muito comuns nesta faixa etária (Abd Rahim et al., 2023; Steenhoff et al., 2021). Face à capacidade limitada destas crianças para expor as suas próprias dificuldades, a avaliação dos problemas socioemocionais em idade pré-escolar depende da recolha de dados junto de outros informadores, principalmente dos pais (Achenbach et al., 2017). Ainda assim, a maioria das investigações nesta área recorre à figura materna como informador (Major et al. 2022), não obstante cada vez mais se recomende o recurso aos relatos de ambos os pais, nomeadamente em contexto terapêutico, como forma de refinar esta avaliação (Davé et al., 2008), uma vez que mães e pais podem fornecer informação única e diferenciada, refletindo a sua percepção individual do comportamento dos filhos (Alakortes et al., 2017).

Considerando, por um lado, a relevância de estudar a relação entre coparentalidade e ajustamento socioemocional das crianças e, por outro, a escassez de estudos que incluem as perspetivas de ambos os pais, a presente dissertação procura ser um contributo para a

investigação nesta área, debruçando-se sobre uma amostra de mães e pais de crianças portuguesas em idade pré-escolar, analisando e comparando as percepções que cada um tem sobre a sua relação coparental e sobre os problemas socioemocionais do(a)s seus/suas filho(a)s.

Assim, neste trabalho estruturado em duas partes, é apresentado na primeira o enquadramento teórico sobre as variáveis em estudo: (1) a coparentalidade, modelos teóricos, fatores associados e a percepção materna e paterna da relação coparental, (2) os problemas socioemocionais, fatores de risco para o seu desenvolvimento e a forma como as mães e os pais percebem os problemas socioemocionais dos seus filhos. Numa segunda parte, dedicada ao estudo empírico, são expostos os objetivos e metodologia de investigação utilizada (i.e., participantes, procedimentos, instrumentos, análise estatística), os resultados obtidos e discussão dos mesmos à luz da literatura, e conclusões retiradas do trabalho desenvolvido.

Refira-se que, no âmbito da investigação realizada, foi possível apresentar alguns resultados preliminares deste estudo numa comunicação oral intitulada “Percepção de coparentalidade em mães e pais: Resultados preliminares de um estudo comparativo”, no âmbito das *3<sup>as</sup> Conferências Internacionais em Psicologia Clínica e da Saúde* da Universidade da Beira Interior, que decorreram nos dias 20 e 21 de maio de 2024.

# **I. Enquadramento Teórico**

## **1.1. Coparentalidade**

O interesse pelo estudo da coparentalidade surgiu por volta da década de 70, com a introdução da Teoria Estrutural dos Sistemas Familiares (Minuchin, 1974), que postula que a pessoa e os seus padrões de funcionamento não podem ser compreendidos plenamente se as redes relacionais em que esta está inserida forem descuradas. A família, enquanto principal rede relacional dos indivíduos, pode ser vista como um sistema, que integra em si um conjunto de subsistemas interdependentes, entre os quais o subsistema parental, considerado como o poder executivo da família, composto geralmente pelos pais, líderes hierárquicos e responsáveis pela educação das crianças que fazem parte do sistema familiar. O subsistema parental (e subsequentemente a coparentalidade) assume, assim, particular importância no desenvolvimento e funcionamento global da família e das crianças (Lamela et al., 2010; Minuchin, 1974; Schoppe-Sullivan et al., 2004).

A coparentalidade diz respeito à forma como duas pessoas, que partilham a responsabilidade de criar e educar uma criança, se relacionam uma com a outra, se apoiam mutuamente e coordenam esforços no seu papel enquanto pais (ou figuras parentais), ou seja, no desempenho das funções que garantem a satisfação das necessidades básicas, de proteção, desenvolvimento físico e emocional dessa criança (Feinberg, 2003). Embora estejam intimamente ligadas, esta noção diferencia-se, assim, do conceito de parentalidade, que envolve o comportamento individual de cada um dos dois adultos com a criança (McHale & Rasmussen, 1998). O subsistema coparental deve ser mantido como uma unidade distinta de outros subsistemas familiares e, nesse sentido, a coparentalidade pode ser vista como uma dimensão diádica que diz, portanto, respeito aos dois adultos que compõem a díade parental (McHale et al., 2004). Contudo, e apesar de também relacionados, o subsistema coparental diferencia-se do subsistema conjugal (Van Egeren & Hawkins, 2004; Schoppe-Sullivan et al., 2004), pois caracteriza todo o sistema familiar e não apenas a díade, podendo assumir-se da mesma forma como uma dimensão sistémica e triádica ou mesmo poliádica, motivada pela preocupação pelo bem-estar de, pelo menos, uma criança (Lamela et al., 2010; Margolin et al., 2001; McHale et al., 2004). A relação coparental não inclui, desta forma, os aspetos românticos, sexuais, emocionais, financeiros, ou legais da relação dos adultos que não estejam relacionados com a educação da criança (Feinberg, 2003), tampouco exige que exista uma relação conjugal entre estes mesmos dois adultos (McHale et al., 2004).

Neste sentido, a coparentalidade é transversal a famílias biparentais e monoparentais, sendo muitas vezes a única área em que casais divorciados ou separados se continuam a relacionar (Margolin et al., 2001; McHale et al., 2004). Aliás, os primeiros estudos que surgiram na área

da coparentalidade foram desenvolvidos no âmbito do divórcio (Schoppe-Sullivan et al., 2001). Para além disso, a coparentalidade não tem de envolver necessariamente a mãe e o pai biológicos, podendo existir com outros intervenientes como mães e pais adotivos, madrastas e padrastos, mães lésbicas, pais gay, namorados/as das mães e dos pais, avós e avôs, tias e tios, entre muitos outros, que não a família nuclear dita “tradicional” ou normativa (Feinberg, 2003). Assim, “uma relação coparental existe quando pelo menos duas pessoas assumem, por mútuo acordo ou normas sociais, a responsabilidade conjunta pelo bem-estar de determinada criança” (Van Egeren & Hawkins, 2004, p. 166), atendendo às suas necessidades físicas, emocionais, de proteção e de desenvolvimento, independentemente da sua orientação sexual ou conexão que partilhem (Feinberg, 2003). Este trabalho focar-se-á na coparentalidade em famílias nucleares intactas (i.e., aquelas em que os pais se encontram atualmente juntos, independentemente de serem casados ou não) com parceiros heterossexuais – mãe e pai - e, por isso, a presente revisão teórica será também direcionada nesse sentido.

### **1.1.1. Modelos Teóricos**

Muitos são os estudos que, ao longo dos anos, foram contribuindo para a existência de um crescente corpo teórico que procura aprofundar a compreensão daquilo que é a coparentalidade, embora até à data não haja um consenso declarado. Ainda assim, uma série de modelos de conceptualização deste complexo construto de natureza multidimensional e dos fatores e determinantes que o compõem, foi surgindo nas últimas décadas, quatro dos quais são alvo de destaque ao longo da literatura: o Modelo de McHale e Rasmussen (1998); o Modelo de Margolin, Gordis e John (2001); o Modelo Ecológico da Coparentalidade de Feinberg (2003); e o Modelo de Van Egeren e Hawkins (2004), sendo qualquer um deles aplicável a qualquer tipo de configuração familiar ou faixa etária dos filhos que fazem parte dela.

O Modelo de McHale e Rasmussen (1998) defende que a coparentalidade é caracterizada por três grandes dimensões processuais que englobam os comportamentos observáveis no contexto da interação familiar. Duas destas dimensões são caracterizadas por processos familiares destrutivos - hostilidade e competição, e envolvimento parental diferenciado – e uma delas por processos familiares construtivos - união familiar e cooperação. Os processos de hostilidade e competição dizem respeito à presença de discussões, conflitos, tensão, desprezo, crítica e competição entre os elementos da díade coparental. Os processos de envolvimento parental diferenciado estão relacionados com a discrepância entre os esforços de cada um dos parceiros coparentais para estar presente na vida e educação da criança. Finalmente, os processos de união familiar e cooperação estão relacionados com a criação de um ambiente familiar harmonioso e que transmita um sentimento de união, caracterizado por interações positivas, apoio mútuo e proximidade. Para além destas três dimensões, McHale e

Rasmussen (1998) defendem que a coparentalidade é ainda caracterizada por processos ocultos que transcendem o contexto familiar observável, e que normalmente se desenrolam quando os pais estão sozinhos com a criança. Desta forma, os pais podem utilizar este tempo para promover um sentimento de união e integridade familiar - comportamentos de coparentalidade oculta positiva - ou, por outro lado, para criticar ou descredibilizar o parceiro coparental aos olhos da criança - comportamentos de coparentalidade oculta negativa (McHale & Rasmussen, 1998).

O Modelo de Margolin, Gordis e John (2001) salienta três grandes dimensões da coparentalidade: a cooperação, o conflito e a triangulação. A dimensão da cooperação envolve o grau com que os pais se apoiam, valorizam e respeitam um ao outro enquanto pais, e se entreejudam para aliviar a parentalidade um do outro, através da partilha de responsabilidades e de um sentimento partilhado de que estão ambos física e emocionalmente disponíveis para a criança. Margolin et al. (2001) defendem que é neste esforço conjunto que está a chave para uma aliança coparental eficaz. A dimensão de conflito relacionado com temas parentais engloba a frequência com que os pais concordam ou discordam em assuntos relacionados com a criança, a hostilidade em torno de questões relativas à sua educação, o grau em que cada um prejudica a parentalidade do outro e desentendimentos relacionados com níveis de exigência e regras domésticas. Finalmente, a dimensão de triangulação envolve processos nos quais os pais deturpam os limites da relação mãe-criança ou pai-criança ao tentar formar uma coligação com a mesma, que leva à rejeição do outro. Este processo arrasta a criança para o conflito dos pais que, ao utilizá-la como “arma de arremesso”, a deixam triangulada, pressionada a escolher um dos dois lados. Para os autores, a coparentalidade e, por isso, também a importância, a forma e o grau em que cada uma das suas dimensões se evidencia, é condicionada por fatores como a idade e o género da criança e dos pais. Para além disso, defendem que a forma como os pais gerem a coparentalidade está associada à perceção que cada um dos dois tem da qualidade da sua relação interparental (Margolin et al., 2001). Este será o modelo de conceptualização da coparentalidade privilegiado no presente estudo.

Noutra perspetiva, no seu Modelo Ecológico da Coparentalidade, Feinberg (2003) integra quatro componentes da coparentalidade: acordo nas práticas parentais, divisão do trabalho, apoio/boicote e gestão conjunta da família. A componente de acordo nas práticas parentais envolve o grau de entendimento entre a díade parental, numa variedade de assuntos relacionados com a criança (i.e. valores morais, comportamento e disciplina, necessidades emocionais, educação, segurança, relação com os pares). A componente de divisão do trabalho corresponde à partilha das tarefas envolvidas na rotina diária de cuidados da criança e das responsabilidades financeiras, legais e médicas referentes à mesma. A componente de apoio/boicote está relacionada com a forma como cada membro da díade apoia o outro,

através do reconhecimento das suas competências enquanto mãe/pai, apoio emocional e respeito pelo outro e pela sua autoridade, ou se, no polo oposto, o menospreza, culpa ou critica. Finalmente, a componente de gestão conjunta da família remete para a forma como as interações familiares, especialmente entre os pais, ocorrem. Uma gestão eficaz implica autocontrolo de ambas as partes sobre os seus comportamentos e padrões de comunicação, o estabelecimento de limites claros em aspetos da sua relação, evitando colocar a criança no meio de conflitos, e a gestão das interações triádicas no geral, de forma equilibrada. Para Feinberg (2003), a coparentalidade resulta da interdependência destas quatro componentes, e varia consoante a interação de fatores a nível individual (i.e. características individuais de cada elemento da díade coparental, como a personalidade, atitudes e valores, saúde mental e emocional, e/ou características individuais da criança, como o temperamento), familiar (i.e. qualidade da relação interparental mãe-pai) e extrafamiliar (i.e. apoio social, *stress* financeiro, *stress* relacionado com o trabalho). Certas influências serão sempre mais estáveis, como é o caso da personalidade dos pais ou do temperamento da criança, enquanto outras mais voláteis, como o *stress* financeiro (Feinberg, 2003)

Finalmente, o Modelo de Van Egeren e Hawkins (2004) propõe a conceptualização da coparentalidade através de uma estrutura externa e uma estrutura interna. A estrutura externa responde às questões de “quem?” (pode pertencer à díade coparental), “quando?” (a coparentalidade começa) e “onde?” (a coparentalidade ocorre). Assim, as autoras defendem que a coparentalidade pode ser exercida por quaisquer duas pessoas responsáveis pelo bem-estar de uma criança, independentemente da conexão que partilhem uma com a outra, da sua orientação sexual, ou do facto de a criança ser filha biológica ou adotiva. Segundo eles, embora a dimensão da coparentalidade *per se* surja apenas após o nascimento da criança, no período pré-nascimento, processos como a troca de impressões sobre assuntos coparentais e a formação de representações de si mesmos enquanto pais e díade coparental são excelentes preditores da qualidade da subsequente coparentalidade. Por sua vez, a coparentalidade não se limita simplesmente à interação física que ocorre na presença de todos os membros do sistema familiar (pais e criança), incluindo também quaisquer outras ações, sentimentos e perceções de cada um dos pais relativamente à relação coparental, que possam promover ou prejudicar a eficácia do outro enquanto pai e membro da díade coparental. A estrutura interna da coparentalidade responde à questão de “que?” (sentimentos, atitudes e ações devem ou não ser considerados como fazendo parte da coparentalidade) e, para tal, Van Egeren e Hawkins (2004) propõem quatro regras para distinguir a coparentalidade dos outros subsistemas familiares: (1) a coparentalidade requer uma criança; (2) a coparentalidade requer um parceiro; (3) a coparentalidade é um processo diádico; e (4) a coparentalidade é um processo bidirecional. À semelhança dos modelos anteriores, também o de Van Egeren e Hawkins

(2004) salienta dimensões da coparentalidade: solidariedade coparental, apoio coparental, boicote coparental e parentalidade partilhada. A solidariedade coparental engloba as expressões de afeto e emoções positivas entre os pais em situações de interação com a criança ou sobre a criança, o crescimento conjunto sentido e da intimidade e compromisso entre os dois. O apoio coparental inclui todos os esforços e estratégias utilizados de forma recíproca por ambos os pais, numa perspetiva de ajuda e cooperação um com outro no cumprimento dos objetivos e exigências parentais. O boicote coparental, por outro lado, inclui todas as estratégias utilizadas pelos pais de forma a prejudicar o outro no cumprimento desses objetivos e exigências, através de criticismo, insultos, hostilidade, ou qualquer outra forma de afastar o outro de tarefas conjuntas ou interações com a criança. Finalmente, a parentalidade partilhada corresponde à divisão de tarefas na prestação de cuidados à criança, e é caracterizada pelo envolvimento de cada um dos pais nessas tarefas em relação ao outro, e pelo envolvimento mútuo, ou seja, quando ambos estão envolvidos na educação da criança de forma simultânea (Van Egeren & Hawkins, 2004).

Apesar da multiplicidade de perspetivas aqui desenvolvidas, e outras que nem sempre se alinham com estes modelos, a maioria dos estudos parece, de certa forma, chegar a um acordo: a coparentalidade inclui dimensões positivas e dimensões negativas. Uma coparentalidade mais positiva tende a incluir dimensões de cooperação, apoio, integridade e união familiar, ao passo que uma coparentalidade mais negativa tende a incluir dimensões de conflito, competição e triangulação (Zhao et al., 2022).

### **1.1.2. Fatores Associados**

Considera-se que a coparentalidade surge assim que o casal descobre que está à espera de um filho, das interações entre os dois elementos enquanto parceiros e futuros pais. São estas interações que estabelecem a base para a coparentalidade quando o bebé chega, juntamente com outros fatores como características dos pais e da sua relação conjugal, características da criança e outros fatores situacionais que irão influenciar a dinâmica coparental (Campbell, 2023). Entre as características dos pais que têm sido associadas à coparentalidade, inclui-se a idade. A literatura sugere que mães mais velhas tendem a relatar experiências de coparentalidade mais positivas (Van Egeren, 2003) e, para além de contribuírem para níveis mais altos de cooperação na relação coparental (Choi & Becher, 2019), tendem a não se envolver tanto em comportamentos competitivos ou que possam boicotar as interações do companheiro com a criança (Lindsey et al., 2005). Embora esta relação não seja tão explorada com pais, foi encontrado um estudo português que refere que pais mais velhos tendem a não cooperar tanto na relação coparental (Jesus, 2020). Estudos referem também que mães e pais com níveis de escolaridade superiores se apoiam mais um ao outro na coparentalidade (Han et al., 2023; Stright & Bales, 2003). Stright e Bales (2003) defendem que a educação pode

prover os pais de competências cognitivas, incentivá-los a tomar atitudes que promovam uma melhor relação coparental e capacitá-los de conhecimento sobre a importância de se manterem unidos na coparentalidade. Han et al. (2023) argumentam ainda que níveis de escolaridade mais elevados provavelmente também corresponderão a um maior acesso a recursos em geral (e.g. sociais, instrumentais, financeiros) que promovam esta cooperação. As crenças que os pais têm acerca dos papéis de género foram também relacionadas com a coparentalidade. Favez et al. (2016) verificaram que crenças discrepantes entre mães e pais relativamente ao papel da mãe na família instigam mais conflito na relação coparental. Noutro estudo, Kuo et al. (2017) aferiram que mães e pais com crenças de papéis de género mais igualitárias tendem a envolver-se em menos conflitos relacionados com a coparentalidade do que aqueles que acreditam em papéis de género mais tradicionais (i.e., pai enquanto ganhador e mãe enquanto cuidadora), o que sugere que casais que partilham uma visão igualitária e se comprometem com uma parentalidade partilhada tendem a gerir melhor os seus conflitos e negociar as suas responsabilidades na educação dos filhos.

No que concerne às características das crianças e a sua associação com a coparentalidade, sabe-se que a idade da criança poderá influenciar a relação coparental. Margolin et al. (2001) sugerem que a coparentalidade em famílias com crianças em idade pré-escolar pode exigir um nível mais elevado de cooperação, coordenação de esforços e trabalho em equipa da parte dos pais, para atender a todas as exigências relacionadas com o cuidado e educação da criança, que surgem de momento a momento, do que a coparentalidade quando os filhos são mais velhos, o que não significa que não possa ocorrer conflito. Casos de triangulação em crianças nesta idade não são tão comuns, sendo mais frequentes na coparentalidade de crianças mais velhas. Também o sexo da criança é um fator que pode influenciar a dinâmica coparental, nomeadamente no que toca à triangulação. Os mesmos autores identificaram uma interação entre o sexo da criança e dos pais, com níveis mais altos de triangulação para mães com filhos do sexo masculino. Segundo os seus companheiros, as mães tendem a “puxá-los” mais para o conflito coparental (Margolin et al., 2001). Outro fator que pode influenciar a coparentalidade é o facto de a criança ter irmãos. Kuo et al. (2017) referem que a transição para a parentalidade de dois filhos é muitas vezes caracterizada por uma diminuição de cooperação e aumento de conflito entre os pais, especialmente nos primeiros meses após o nascimento do segundo filho, resultado das dificuldades de adaptação às novas exigências e responsabilidades de cuidado ao bebé e manutenção da parentalidade do primeiro filho. Por outro lado, Szabo et al. (2012) constataram que a cooperação coparental tende a aumentar com o tempo, sinalizando que os pais acabam por se ajustar a esta realidade. Ainda assim, num estudo português, pais com dois filhos revelaram níveis mais altos de cooperação na relação coparental, enquanto pais com três ou mais filhos evidenciaram níveis mais elevados de conflito e triangulação (Pereira, 2022).

Também Ronaghan et al. (2023) sugerem que maiores exigências parentais colocam mais pressão sobre a relação coparental de pais com múltiplos filhos.

Ao nível familiar, a associação entre a satisfação conjugal e a coparentalidade é uma das mais estudadas na literatura. Estudos demonstram que a satisfação conjugal está associada a uma coparentalidade mais positiva, por outras palavras, mães e pais que se sintam satisfeitos na sua relação conjugal contribuem também de forma mais positiva na coparentalidade ao cooperar mais um com outro, respeitando-se mutuamente e trabalhando em conjunto no seu papel enquanto pais, sendo as tentativas de triangulação da criança e de boicote da autoridade e competência do outro também menos frequentes (Kuo et al., 2017; Pedro et al., 2012). Esta associação parece ser particularmente forte em famílias nas quais o casal mantém um relacionamento mais duradouro (Ronaghan et al., 2023). Entre os fatores situacionais, níveis socioeconómicos mais baixos foram associados a uma coparentalidade mais negativa. Mães e pais de famílias com nível socioeconómico mais baixo tendem a boicotar mais frequentemente a parentalidade um do outro (Schoppe-Sullivan & Mangelsdorf, 2013).

Por sua vez, também a coparentalidade tem efeitos nos pais e nas crianças, seja direta ou indiretamente (i.e., através da parentalidade) (Van Egeren & Hawkins, 2004). Na literatura, podemos encontrar associações entre uma relação coparental mais positiva e maior satisfação na relação conjugal (Durtschi et al., 2017), maior envolvimento paterno (Schoppe-Sullivan et al., 2008), maior disponibilidade emocional da mãe para a parentalidade (Kim & Teti, 2014) e melhor ajustamento psicológico das crianças (Teubert & Pinquart, 2010). Uma relação coparental mais negativa foi, por outro lado, associada nomeadamente a níveis mais elevados de stress parental (Schoppe-Sullivan et al., 2016) e sintomatologia depressiva (Solmeyer & Feinberg, 2011), redução de sentimentos de autoeficácia e confiança na capacidade de exercer a parentalidade (Merrifield & Gamble, 2013), uma parentalidade mais hostil e punitiva (Blandon, 2015) e, nas crianças, a um apego inseguro (Caldera & Lindsey, 2006) e à manifestação de problemas socioemocionais (Zhao et al., 2022) – uma relação que será abordada mais à frente

### **1.1.3. Perceção Materna e Paterna de Coparentalidade**

Nas duas últimas décadas, tem-se vindo a assistir à construção de uma base sólida para a investigação da coparentalidade em famílias nucleares intactas (Campbell, 2023). No entanto, embora a literatura sobre a coparentalidade seja vasta, o corpo teórico que se debruça sobre a sua componente experiencial e subjetiva é ainda muito reduzido, com grande parte destes estudos a focar-se na perspetiva de apenas um informador, mais comumente a da mãe, considerada a mais confiável e acessível, mesmo quando a perspetiva do pai está disponível,

sendo raros os estudos que têm em consideração as duas perspetivas simultaneamente (Schoppe-Sullivan et al., 2023).

As perceções de coparentalidade entre mães e pais tendem a estar moderadamente correlacionadas (Feinberg et al., 2012), algo que vai ao encontro da noção da natureza dinâmica e bidirecional das interações familiares, em que os membros do sistema influenciam e são influenciados uns pelos outros, ou seja, quando um dos cônjuges apoia o outro na coparentalidade, é provável que esta atitude seja retribuída, da mesma forma que quando um dos dois não respeita o outro enquanto pai, é também provável o escalar de sentimentos e comportamentos mais negativos (Van Egeren & Hawkins, 2004). Ainda assim, sabe-se que mães e pais funcionam de forma diferente na relação coparental (Margolin et al., 2001), desempenhando os seus papéis e vivendo experiências na criação dos filhos de forma diferenciada, o que pode levá-los a desenvolver perceções distintas (Ronaghan et al., 2023). Neste aspeto, a literatura parece ser relativamente consistente, com a maioria dos estudos a relatar que, apesar de correlacionadas, as perceções de coparentalidade das mães são frequentemente mais negativas que as dos pais (e.g. Margolin et al., 2001; Perry et al., 2017; Schoppe-Sullivan et al., 2023), algo que alguns autores sugerem que possa ser normativo e consistente com os papéis de género vigentes (Schoppe-Sullivan et al., 2023). A verdade é que, embora os pais assumam atualmente um papel já mais ativo na vida dos seus filhos pequenos, as mães continuam a ser as cuidadoras primárias na maioria das famílias, mesmo naquelas em que ambos os cônjuges estão empregados (Ronaghan et al., 2023). Sabe-se que, em Portugal, as tarefas domésticas e de cuidado aos filhos pequenos recaem maioritariamente sobre as mães (CIG, 2022). Esta conjugação do trabalho doméstico com aquele desempenhado fora de casa leva a que muitas se sintam sobrecarregadas e insatisfeitas, sobretudo devido à perceção de que agregam mais tarefas no seio familiar do que os seus companheiros (Macedo, 2023).

Segundo Margolin et al. (2001), não se evidenciam diferenças significativas ao nível da perceção de conflito ou triangulação na relação coparental entre mães e pais, porém as mães tendem a ser vistas pelos seus parceiros como mais cooperantes, um achado que se mantém firme até à literatura mais recente que analisa as perceções de coparentalidade entre mães e pais (e.g. Schoppe-Sullivan et al., 2023). Num estudo de Perry et al. (2017), as mães manifestaram inclusive o desejo de que os seus companheiros cooperassem mais na coparentalidade e se envolvessem mais com os filhos. Os pais, por outro lado, sentiam que o seu envolvimento era e deveria manter-se secundário aos das suas companheiras, acrescentando que confiavam nelas para o facilitar (e.g. mantendo-os informados sobre o que acontecia na vida da criança). Embora algumas mães tenham sido bem-sucedidas nesta tarefa, muitas expressaram sentimentos de frustração por se sentirem responsáveis por envolver os

pais na vida dos filhos, referindo dificuldades em conciliar estas tentativas com a realidade de poderem ser percecionadas como encorajadoras ou, por outro lado, mal interpretadas e vistas como demasiado insistentes ou autoritárias e que, por isso, muitas delas aceitaram que os pais simplesmente não queriam participar, acabando por parar de tentar facilitar o seu envolvimento com os filhos, o que por sua vez levou a que muitos se desligassem da coparentalidade (Perry et al., 2017). A literatura sugere que, de facto, as mães funcionam como facilitadoras do envolvimento paterno na coparentalidade (Schoppe-Sullivan et al., 2008). Quando se sentem encorajados pelas suas companheiras, os pais tendem a envolver-se mais na coparentalidade, contribuindo assim para uma relação coparental mais cooperante (Murphy et al., 2017). Em contrapartida, se algumas mães que percecionam os seus cônjuges como pouco cooperantes na relação coparental pudessem gostar que estes fossem mais envolvidos, outras nem tanto. Por assumirem mais responsabilidades no cuidado aos filhos, a parentalidade desempenha um papel mais substancial na identidade das mães (Ronaghan et al., 2023). Murphy et al. (2017) sugerem que, por estarem mais envolvidas com os filhos pequenos e participarem mais na tomada de decisão em assuntos relacionados com a sua educação desde o nascimento, algumas podem sentir-se “ameaçadas” quando os seus companheiros tentam fazer o mesmo, desencorajando este envolvimento, opondo-se a eles e enfraquecendo o seu papel enquanto pais, num fenómeno conhecido como *gatekeeping* materno – um conjunto de crenças e comportamentos adotados, consciente ou inconscientemente, pelas mães com o objetivo de controlar o envolvimento do pai com a criança, neste caso inibindo-o, protegendo, assim, a sua autoridade na parentalidade dos filhos (Jia & Schoppe-Sullivan, 2011; Schoppe-Sullivan et al., 2008) – e contribuem assim, mais frequentemente do que os pais, para o estabelecimento de uma dinâmica coparental competitiva (Murphy et al., 2017). Num outro estudo, Hess (2020) sugere que, para além de funcionarem como uma forma de preservar a sua identidade enquanto mães, os comportamentos de *gatekeeping* podem ser um indicador da perceção que estas têm dos pais na coparentalidade, no sentido em que refletem também as avaliações que fazem da sua competência enquanto pais. Estes, mais frequentemente do que as suas companheiras, referem sentir-se prejudicados na coparentalidade (Hess, 2020) e julgados pelas suas parceiras pela forma como criam os seus filhos (Minkin & Horowitz, 2023). Ainda assim, mães e pais tendem a estar mais frequentemente de acordo ao nível das suas perceções de conflito na relação coparental, em comparação com outras dimensões, algo que se poderá dever ao facto de o conflito envolver comportamentos mais evidentes e explicitamente negativos, ao contrário de dinâmicas como a triangulação, que podem passar mais despercebidas (Zhao et al., 2022).

Em Portugal, à exceção de um estudo qualitativo desenvolvido por Macedo (2023) que analisou as congruências e incongruências entre os dois elementos de 10 casais com filhos

pequenos sobre temas da coparentalidade, não foram encontrados outros que explorassem as percepções de coparentalidade entre mães e pais. Macedo (2023) constatou que as mães e pais tinham, na sua generalidade, percepções positivas e congruentes da relação coparental, nomeadamente no que dizia respeito ao apoio coparental, à organização relativa à divisão de tarefas e gestão conjunta das relações familiares. Neste estudo, as diferenças entre as percepções de mães e pais surgem sobretudo ao nível dos valores educativos que pretendem para os seus filhos. Mães e pais expressaram visões incongruentes neste tema, nomeadamente identificando a primazia de um dos dois no estabelecimento de regras, normalmente a mãe, e apresentando discursos particularmente opostos quanto ao grau de permissividade e rigidez na imposição de regras, com as mães a considerar-se como mais permissivas e os pais a apontá-las como mais rígidas (Macedo, 2023).

## **1.2. Problemas Socioemocionais em Idade Pré-Escolar**

A idade pré-escolar corresponde a um período particularmente importante para o desenvolvimento socioemocional das crianças (Parkes et al., 2019). É neste processo que aprendem a viver, expressar e regular as suas emoções (positivas ou negativas) e comportamento nos vários contextos (i.e. familiar, comunitário, cultural), a tomar decisões, a interagir e a estabelecer relações positivas e gratificantes com os que as rodeiam (i.e. pares, irmãos, pais, outros adultos) (Eurenius et al., 2021; Vaezghasemi et al., 2023; Wirahandayani et al., 2023). É também por esta altura que surgem as primeiras manifestações dos problemas socioemocionais, muito comuns nesta faixa etária (Abd Rahim et al., 2023; Steenhoff et al., 2021). Embora sejam poucos os estudos que descrevem a prevalência de problemáticas associadas à saúde mental em crianças em idade pré-escolar, sabe-se que, na maioria dos países europeus, 6.3% a 9.8% das crianças em idade pré-escolar manifestam problemas socioemocionais (Abd Rahim et al., 2023).

### **1.2.1. Definição e Conceptualização**

Os problemas socioemocionais podem ser divididos em duas categorias distintas: problemas de internalização (também chamados de internalizantes) e problemas de externalização (também chamados de externalizantes). Os problemas de internalização dizem respeito a respostas emocionais negativas que são interiorizadas e, por isso, direcionadas ao próprio na forma de sintomas emocionais (i.e., medos, preocupação excessiva, ansiedade, tristeza, depressão, problemas psicossomáticos) e dificuldades de relacionamento com os pares (i.e., inibição, insegurança, tendência a isolar-se). Já os problemas de externalização envolvem respostas emocionais que são exteriorizadas e, por isso, direcionadas a outros na forma de comportamentos disruptivos (i.e. birras, desobediência, dificuldade em lidar com a imposição

de regras), hiperatividade (i.e. impulsividade, agitação, desatenção), agressão verbal (i.e. provocações) e agressão física (i.e. morder, empurrar, bater) (De Souza & Crepaldi, 2019; Fleitlich et al., 2004; Kästner et al., 2023; Steenhoff et al., 2021; Volckaert & Noel, 2017). Na base de ambos estão mecanismos de regulação emocional ineficientes: crianças com tendências de regulação emocional excessivamente fortes tendem a exibir problemas de interiorização, e crianças com capacidades de regulação emocional subdesenvolvidas tendem a exibir problemas de externalização (Steenhoff, et al., 2021).

A identificação de problemas socioemocionais em idade pré-escolar pode ser, no entanto, complexa. Primeiro, há que ter em mente que a manifestação de um determinado nível de comportamentos de externalização nesta idade é muito comum, pelo que nem sempre é fácil fazer a distinção precoce entre o que deve ser considerado um comportamento de externalização normativo para a idade e estágio desenvolvimental, que acabará por melhorar ou mesmo desaparecer com o decorrer do tempo, e o que pode, por sua vez, já constituir um problema de externalização que poderá persistir até à adolescência ou, em alguns casos, mesmo até à idade adulta (Volckaert & Noel, 2017). Nesse sentido, a análise da frequência, intensidade e tipo de comportamentos de externalização exibidos pela criança pode facilitar a distinção. Não é raro que crianças em idade pré-escolar manifestem, por exemplo, alguma desatenção, baixa tolerância à frustração ou dificuldade em cumprir regras. No entanto, o uso frequente de comportamentos disruptivos na interação social, altos níveis de agressão verbal e/ou física já são considerados como mais problemáticos (Souza, 2018). Os problemas de internalização levantam também, e logo à partida, dificuldades para a identificação devido à sua natureza oculta que contrasta com a dos problemas de externalização, mais observáveis e, por isso, mais facilmente identificáveis.

### **1.2.2. Fatores de Risco**

A literatura destaca uma variedade de fatores de risco que podem contribuir para o surgimento de problemas de internalização e externalização, destacando ainda o efeito cumulativo dos mesmos, ou seja, quanto maior o número de fatores de risco a que a criança esteja exposta, maior será a probabilidade de esta vir a desenvolver problemas socioemocionais (Volckaert & Noel, 2017). Estes fatores de risco podem ser ambientais, familiares ou inerentes à própria criança. Entre os fatores de risco ambientais, sabe-se que crescer num contexto socialmente desfavorecido, caracterizado por baixos níveis socioeconómicos e isolamento social é prejudicial para o desenvolvimento socioemocional das crianças (Vaezghasemi et al., 2023; Volckaert & Noel, 2017). Sabe-se também que, ao nível familiar, um estilo de vida prejudicial dos pais caracterizado pelo consumo de álcool ou drogas, o consumo de tabaco durante a gravidez, problemas de saúde mental (Vaezghasemi et al., 2023), baixo nível de escolaridade dos pais, divórcio (De Souza & Crepaldi, 2019), acordos de custódia, exposição a violência

doméstica (Eurenius et al., 2021), conflitos familiares (Abd Rahim et al., 2023), um estilo de vinculação inseguro ou desorganizado e práticas parentais coercivas, punitivas e inconsistentes (Volckaert & Noel, 2017) são fatores de risco que contribuem para o surgimento de problemas socioemocionais. Finalmente, os fatores relacionados com a própria criança e que a podem deixar igualmente predisposta, incluem o nascimento prematuro, baixo peso à nascença (Vaezghasemi et al., 2023), ter problemas de saúde (Abd Rahim et al., 2023), ser do sexo masculino, ter baixas capacidades cognitivas, um temperamento caracterizado por baixos níveis de autocontrolo, sofrer rejeição por parte dos pares (Volckaert & Noel, 2017), brincar pouco tempo na rua e passar muito tempo nas tecnologias (*screen time*) (Eurenius et al., 2021).

A deteção de problemas socioemocionais em idade pré-escolar, porém, nem sempre é feita e muitas crianças não recebem o apoio necessário (Abd Rahim et al., 2023). Estas crianças estão mais vulneráveis ao surgimento de psicopatologia (i.e., sintomatologia ansiosa e/ou depressiva) (Kästner et al., 2023), vitimização, rejeição pelos pares, insucesso e abandono escolar (Steenhoff, et al., 2021) ao longo da infância e adolescência e, a longo prazo, a baixa empregabilidade, consumo de substâncias, criminalidade, problemas de saúde mental, suicídio e mortalidade na idade adulta (Vaezghasemi et al., 2023). Torna-se, por isso, fundamental estar atento desde cedo às manifestações socioemocionais das crianças, de forma a diagnosticar e intervir adequada e atempadamente.

### **1.2.3. Perceção Materna e Paterna dos Problemas Socioemocionais**

Face à capacidade limitada das crianças em idade pré-escolar para relatar as suas próprias dificuldades, a avaliação dos problemas socioemocionais nesta idade requer inevitavelmente a recolha de dados junto de outros informadores, especialmente dos pais (Achenbach et al., 2017). Embora as mães sejam tradicionalmente consideradas as principais informadoras face ao seu papel enquanto cuidadoras primárias na maioria das famílias com crianças pequenas, os pais têm cada vez mais vindo a ser reconhecidos como essenciais para uma avaliação abrangente do desenvolvimento e dos problemas socioemocionais dos seus filhos (Alakortes et al., 2017), com os investigadores a defender o recurso aos relatos de ambos em contexto terapêutico, como forma de refinar esta avaliação (Davé et al., 2008), já que mães e pais podem fornecer informação única e diferenciada tendo em conta a perceção que cada um dos dois tem do comportamento dos seus filhos (Alakortes et al., 2017).

Numa clássica meta-análise, Achenbach et al. (1987) verificaram a existência de uma associação forte entre os relatos de informadores com papéis semelhantes e que observam e interagem com a criança em contextos idênticos, nomeadamente entre os relatos de mães e pais. Com o avançar dos anos, a literatura parece ser particularmente consistente no que toca

ao tema – as percepções que mães e pais têm dos problemas socioemocionais dos filhos tendem a estar moderada a fortemente correlacionadas (e.g. Achenbach et al., 2017; Davé et al., 2008; Duhig et al., 2000; Fält et al., 2018; Major et al., 2022; Yuh, 2017). Esta associação parece ser mais forte em amostras clínicas do que em amostras comunitárias, já que as crianças de grupos clínicos tendem a manifestar problemas mais graves em diferentes contextos, o que os torna mais facilmente identificáveis (Carneiro et al., 2019). Mais especificamente, mães e pais parecem estar de acordo sobretudo ao nível dos problemas de externalização manifestados pelos seus filhos, dada a sua natureza objetiva, mais facilmente observável, socialmente indesejável e perturbadora (Alakortes et al., 2017), em comparação com os problemas de internalização, mais difíceis de identificar e mais frequentemente influenciados pelo contexto (Fält et al., 2018). Numa outra meta-análise, Duhig et al. (2000) relataram uma correlação moderada entre os relatos maternos e paternos dos problemas de internalização dos seus filhos e correlações fortes para os problemas de externalização e total de dificuldades. Mais tarde, Davé et al. (2008), naquele que um dos primeiros estudos que comparou as respostas dadas por mães e pais com filhos em idade pré-escolar ao SDQ, depararam-se com correlações também mais fortes para essas escalas, sendo este um achado transversal a vários estudos, inclusive os mais atuais (e.g. Alakortes et al., 2017; Fält et al., 2018; Major et al., 2022; Yuh, 2017). Estes autores sugerem também uma maior concordância entre mães e pais na avaliação dos problemas socioemocionais dos seus filhos do sexo masculino (Davé et al., 2008). Outros investigadores elaboram que tal poderá estar relacionado com o facto de estes frequentemente manifestarem mais problemas de externalização que as meninas (Carneiro et al., 2019). Os meninos, mais que as meninas, podem ter tendência a ser mais fisicamente ativos ou a comportar-se de forma mais agressiva quando brincam ou noutras situações do quotidiano que podem ser facilmente observadas até pelo pai que passa menos tempo com a criança (Alakortes et al., 2017).

O número de estudos que analisa o desacordo ou as diferenças entre as percepções que mães e pais têm dos problemas socioemocionais dos filhos é mais reduzido, e a literatura não parece ser tão consensual. Estudos como o de Alakortes et al. (2017) indicam que as mães tendem a relatar mais problemas socioemocionais que os pais. Os autores sugerem que, embora atualmente os pais possam estar já mais envolvidos na educação dos filhos pequenos, as mães continuam a assumir mais responsabilidades na parentalidade e passam mais tempo com eles, em situações quotidianas diversas (Alakortes et al., 2017). As mães acabam, assim, por presenciar o comportamento dos seus filhos com mais frequência e, conseqüentemente, podem estar mais conscientes dos problemas socioemocionais do que os pais (Duhig et al., 2000). Williams (2017) sugere que um maior envolvimento na vida da criança pode influenciar a resposta mais negativa das mães aos seus problemas socioemocionais, enquanto o oposto pode ser verdade para os pais. Os pais têm a oportunidade de observar os seus filhos

com uma visão um pouco mais distante em comparação com as mães, o que lhes pode conferir mais objetividade na avaliação do comportamento dos filhos e até a possibilidade de verem algum potencial positivo no seu desenvolvimento socioemocional, que de outra forma poderia ser perdido (Alakortes et al., 2017). Achenbach et al. (2017) sugerem que as diferenças entre os relatos de diferentes informantes podem refletir diferenças no funcionamento das crianças em diferentes contextos e com diferentes parceiros de interação. Mães e pais interagem de forma diferente com os seus filhos – mães enquanto cuidadoras primárias e pais como principais parceiros nas brincadeiras – e, embora se complementem, estes diferentes padrões de interação materna e paterna podem levar a diferenças no comportamento real das crianças em relação às mães e em relação aos pais, que podem ser particularmente salientes em crianças mais pequenas (Alakortes et al., 2017). Assim, é possível que as diferenças entre as perceções que mães e pais tem dos problemas socioemocionais dos seus filhos sejam também um reflexo daquilo que observam e experienciam na interação com eles (Duhig et al., 2000). Alguns estudos sugerem que as diferenças entre as perceções maternas e paternas podem também refletir diferenças na tolerância de cada um dos pais ao comportamento dos filhos, apontando as mães como menos tolerantes do que os pais (Williams, 2017). No seu estudo, Alakortes et al. (2017) sugerem que as mães podem perceber o comportamento dos seus filhos, especialmente se estes forem meninos, como mais problemático e desafiante do que os pais, particularmente no que toca a problemas de externalização, referindo a possibilidade de os pais serem mais compreensivos e tolerantes do que as mães a este tipo de comportamento, já que têm um papel crucial no desenvolvimento da sua segurança em situações desconhecidas, abertura ao mundo exterior e autonomia.

Outros estudos, como o de Davé et al. (2008), sugerem que os pais tendem a relatar mais problemas socioemocionais nos seus filhos. Neste, os pais relataram mais problemas de externalização (nomeadamente hiperatividade) e dificuldades no geral do que as suas companheiras. Os autores sugerem que, por passarem mais tempo com os filhos, as mães possivelmente acabam por relativizar mais os seus problemas de comportamento (Davé et al., 2008). Noutro estudo, Major et al. (2020) observaram que os pais relataram níveis mais elevados de problemas de isolamento social, sugerindo que por serem as mães quem normalmente acompanha a criança numa variedade de situações, é provável que estas tenham também a oportunidade de observar e interagir com os pares (i.e., no infantário, no parque infantil, em festas de aniversário) mais frequentemente do que os pais.

Apesar de tudo, a literatura sugere que as perceções que as mães e os pais têm sobre os problemas socioemocionais dos seus filhos tendem a ser mais semelhantes que diferentes (Major et al., 2022; Yuh, 2017), com alguns autores a não identificar diferenças significativas entre as perceções maternas e paternas (Duhig et al., 2000; Yuh, 2017).

### **1.3. Coparentalidade e os Problemas Socioemocionais da Criança em Idade Pré-Escolar**

O crescente corpo teórico que se tem desenvolvido ao longo das últimas décadas permitiu revelar a existência de uma associação robusta entre a coparentalidade, quer avaliada de forma unidimensional ou nas suas várias dimensões, e os problemas socioemocionais manifestados pelas crianças, destacando uma coparentalidade mais positiva como benéfica para o ajustamento infantil e uma coparentalidade mais negativa como potenciadora do desenvolvimento de problemas de externalização e internalização nas crianças (Teubert & Pinquart, 2010; Zhao et al., 2022).

Num dos estudos pioneiros que exploraram esta relação, McHale e Rasmussen (1998) analisaram a forma como a coparentalidade e, subsequentemente a variabilidade nas suas dimensões avaliadas numa situação de brincadeira aos 8 a 11 meses de idade, influenciou o desenvolvimento de comportamentos de externalização e internalização em crianças em idade pré-escolar. As crianças expostas a uma coparentalidade caracterizada por níveis mais elevados de hostilidade e competição, e níveis mais baixos de união familiar, manifestaram mais comportamentos de externalização (e.g. agressividade), ao passo que crianças expostas a uma coparentalidade pautada por discrepâncias ao nível do envolvimento parental manifestaram mais comportamentos de internalização (e.g. ansiedade) (McHale & Rasmussen, 1998). Num estudo posterior, Schoppe-Sullivan et al. (2001), acrescentaram a estes contributos a demonstração de que a coparentalidade na primeira infância é também ela importante para a compreensão do desenvolvimento dos problemas socioemocionais das crianças em idade pré-escolar. Utilizando uma metodologia semelhante ao avaliar a coparentalidade através da observação de interações familiares da tríade mãe-pai-criança numa tarefa de construção aos 3 anos de idade, este estudo revelou que crianças cujos pais se criticavam, competiam e expressavam irritação ou desdém perante o outro, manifestaram mais problemas de externalização um ano depois, do que crianças cujos pais se respeitavam e apoiavam mutuamente nessa tarefa (Schoppe-Sullivan et al., 2001). Ao longo de uma década de investigação, mais estudos foram surgindo e, em anos seguintes, foi desenvolvida e publicada por Teubert e Pinquart (2010) uma das primeiras e mais citadas meta-análises a investigar a associação entre a coparentalidade e os problemas de externalização e internalização em crianças de todas as idades, incluindo pré-escolar, quando este campo de conhecimento era ainda relativamente recente. A coparentalidade foi identificada como um preditor significativo do ajustamento psicológico infantil, enquanto construto unidimensional e nas suas várias dimensões: o conflito e a triangulação foram associados a mais problemas de externalização e de internalização nas crianças, enquanto o oposto se observou para a cooperação. Esta meta-análise contribuiu ainda com o achado de que o conflito coparental foi

a dimensão que mais efeito teve nos problemas de externalização das crianças, seguida da triangulação. Os autores sugerem que tal poderá dever-se ao facto de crianças expostas ao conflito, um processo familiar muito mais evidente, podem aprender a ver a agressão verbal ou física como a forma mais adequada de gerir as suas relações interpessoais, o que conduz mais frequentemente a sintomas de externalização, ao passo que a triangulação constitui um processo familiar dissimulado que, quando experienciado pelas crianças, pode fazer com que se sintam na obrigação de tomar o lado de um dos pais ou com que tenham medo de que estes se separem, o que mais frequentemente se manifesta na forma de sintomas de internalização do que de externalização (Teubert & Pinquart, 2010). Em Portugal, a quantidade de estudos na temática é reduzida em comparação aos desenvolvidos internacionalmente, ainda assim um estudo de Ribeiro (2014) confirmou também a existência de associações entre algumas dimensões da coparentalidade e o surgimento de problemas de externalização (i.e., problemas de comportamento e hiperatividade) e de internalização (i.e., problemas emocionais e na relação com os pares) em crianças em idade pré-escolar, através do acesso às perceções de ambos os pais acerca da sua relação coparental e do comportamento dos filhos. Neste estudo, crianças cujos pais reportaram uma coparentalidade maioritariamente caracterizada por comportamentos de boicote, manifestaram mais problemas de hiperatividade, crianças cujos pais reportaram uma coparentalidade maioritariamente caracterizada por boicote e exposição dos filhos ao conflito, manifestaram mais problemas emocionais, e crianças cujos pais reportaram uma coparentalidade caracterizada por baixo suporte, acordo, proximidade e apoio coparental, manifestaram mais problemas na interação com os pares (Ribeiro, 2014). Estes achados vão ao encontro da noção de que as crianças não só reconhecem e respondem a aspetos notórios, como o conflito e a triangulação, mas também a aspetos mais ocultos, como a ausência de cooperação na relação coparental (Teubert & Pinquart, 2010). Mais recentemente, Zhao et al. (2022) conduziram uma nova meta-análise face à necessidade de investigar novamente esta relação a partir da análise de estudos que foram surgindo, e os resultados foram ao encontro dos de Teubert e Pinquart (2010), sugerindo que a literatura tende a ser particularmente consistente.

No entanto, ainda que a maioria dos estudos pareça replicar resultados semelhantes aos até aqui mencionados, existem outros que contribuem com visões diferenciadas. Num estudo de Murphy et al. (2016), níveis mais baixos de cooperação na relação coparental não foram associados a comportamentos de externalização posteriores das crianças, sugerindo que menos cooperação coparental não significa necessariamente interações familiares mais negativas. Se os pais concordarem que não é necessário um envolvimento igual para manter uma coparentalidade amigável, possibilitando que um dos dois deixe a tomada de decisão parental para o outro, as suas interações poderão ser emocionalmente positivas e não

conflituosas, e os filhos não serão triangulados e forçados a tomar partido de um dos dois, o que por sua vez poderá reduzir o risco do desenvolvimento de problemas de externalização no futuro. Os autores alertam, no entanto, para a possibilidade de tal também limitar o desenvolvimento de competências sociais pela criança, já que oferece menos oportunidades para que esta observe modelos parentais positivos de negociação, compromisso e comportamento pró-social (Murphy et al., 2016). Noutro estudo, Zemp et al. (2018) verificaram que níveis mais elevados de conflito na relação coparental não foram uniformemente disfuncionais, levando também a mudanças adaptativas no ajustamento infantil. Os autores sugerem uma hipótese de compensação, ou seja, a presença de mais conflito na relação coparental pode levar a comportamentos compensatórios na parentalidade (e.g., mais atenção dada aos filhos, maior investimento na relação mãe-filho e/ou pai-filho) que, por sua vez, estão associados a menos problemas de externalização nas crianças (Zemp et al., 2018). Num estudo de Song (2020), a triangulação na relação coparental foi associada, também de forma inesperada, a menos problemas de comportamento em crianças em idade pré-escolar, algo que a autora sugeriu dever-se ao facto de a perceção materna de triangulação na relação coparental poder estar relacionada com o envolvimento paterno indesejado na coparentalidade.

Alguns estudos remetem ainda para a existência de uma relação entre os problemas socioemocionais das crianças e a relação coparental dos pais, nomeadamente no que refere à cooperação. Choi et al. (2019) sugerem, por exemplo, que se, por um lado, níveis mais elevados de cooperação na relação coparental estão associados a menos problemas de comportamento em crianças em idade pré-escolar, por outro, a manifestação de mais problemas de comportamento pelas crianças também pode afetar os esforços de coparentalidade, resultando na redução de cooperação na relação coparental. Segundo, Mendez et al. (2015) ter um filho com comportamentos desafiantes pode representar desafios acrescidos para a coparentalidade. Geralmente, os pais não se sentem preparados para esta realidade. Após um choque inicial, veem-se depois obrigados a ajustar a coparentalidade de forma a fazer face às exigências particulares dos filhos, muitos reconhecendo inclusive a necessidade de aprender um conjunto de competências parentais diferentes para serem eficazes nesta tarefa. Tal nem sempre é fácil e mães e pais relatam dificuldades em por vezes gerir sentimentos de sobrecarga e frustração (Mendez et al., 2015). Nesta linha, Zemp et al. (2018) sugerem que os problemas de externalização das crianças, mais do que os problemas de internalização, tendem a prejudicar o funcionamento da relação coparental, já que os problemas de externalização levam mais frequentemente a frustração na educação dos filhos, e os problemas de internalização são menos suscetíveis de provocar conflito (Zemp et al., 2018). Aliás, problemas de internalização (i.e., ansiedade) das crianças podem ter um efeito positivo na relação

coparental, fortalecendo-a e tornando os pais mais cooperantes e unidos na gestão e orientação dos filhos que lidam com estas questões (Majdandžić et al., 2012).

## II. Estudo Empírico

### 2.1. Objetivos

Este estudo insere-se num projeto mais alargado – Projeto “Preditores psicossociais de ajustamento infantil e familiar” -, realizado no Departamento de Psicologia e Educação da Universidade da Beira Interior, em parceria com a Universidade dos Açores, e que pretende analisar a relação entre diferentes variáveis de natureza psicossocial e indicadores de saúde em crianças e famílias.

1. O trabalho que a seguir se apresenta tem como objetivo geral comparar a perceção que mães e pais têm sobre a sua relação coparental e sobre os problemas socioemocionais dos filhos. Para isso, propõe-se examinar as perspetivas das mães e dos pais, recorrendo a quatro níveis de análise (Figura 1):

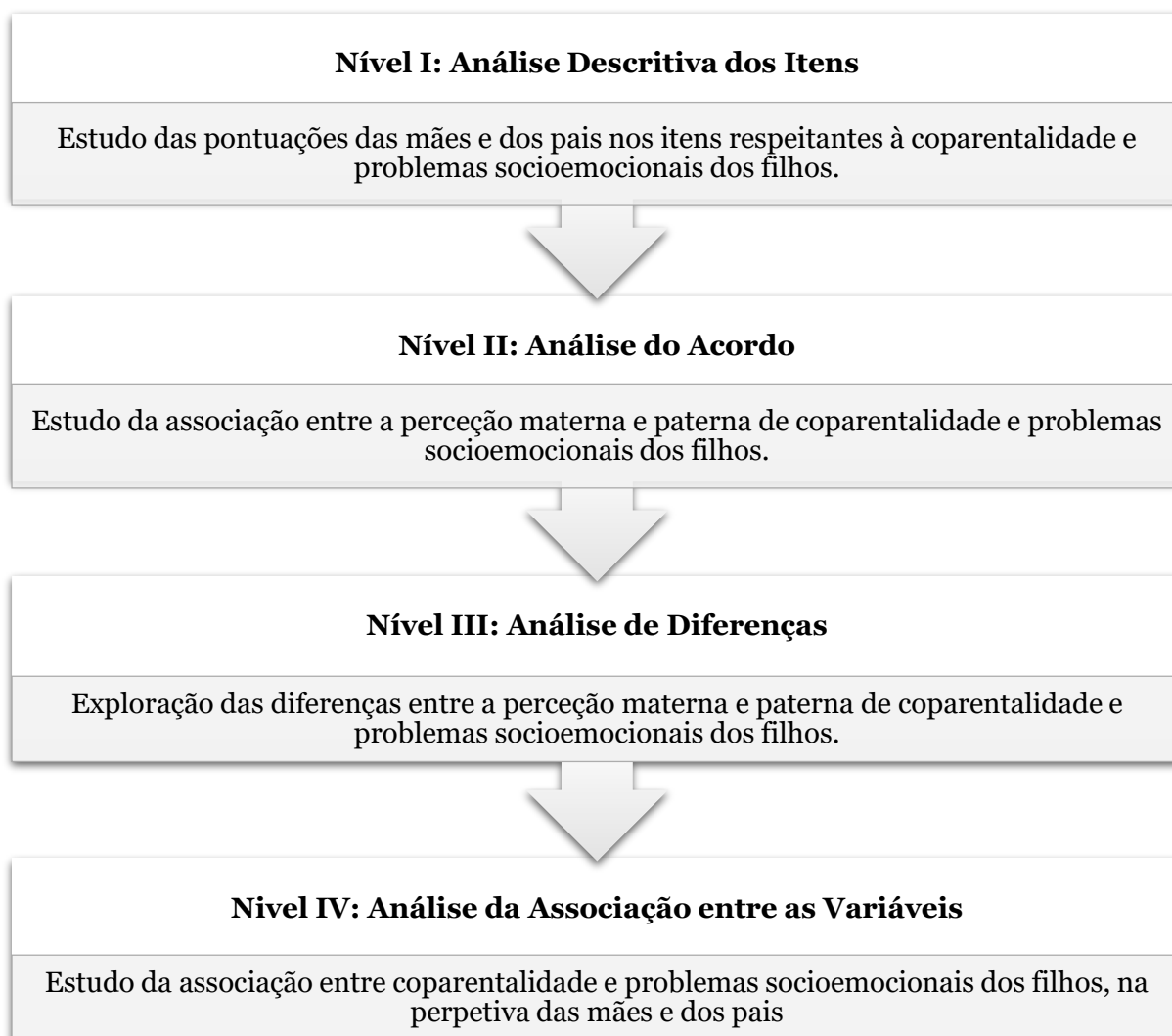


Figura 1. Níveis de Análise do Acordo Interparental

A estes níveis de análise, correspondem os seguintes objetivos específicos: (Nível I) analisar as pontuações das mães e dos pais nos itens respeitantes à coparentalidade e problemas socioemocionais dos filhos; (Nível II) analisar as correlações entre as pontuações das mães e dos pais nos itens e dimensões (i.e., Cooperação, Conflito, Triangulação) do CQ e nos itens, dimensões (i.e., Externalização e Internalização) e Total das Dificuldades do SDQ; (Nível III) explorar a existência de diferenças entre as pontuações das mães e dos pais nos itens e dimensões (i.e., Cooperação, Conflito, Triangulação) do CQ e nos itens, dimensões (i.e., Externalização e Internalização) e Total das Dificuldades do SDQ; (Nível IV) analisar a associação entre as dimensões (i.e., Cooperação, Conflito, Triangulação) da Coparentalidade e dimensões (i.e., Externalização e Internalização) e Total das Dificuldades dos Problemas Socioemocionais, nas mães e nos pais.

Este estudo utiliza uma metodologia de investigação quantitativa, com carácter descritivo, correlacional e comparativo, ao propor-se a fornecer uma descrição dos dados e das relações existentes entre eles, bem como a compará-los entre grupos.

## **2.2. Método**

### **2.2.1. Participantes**

Tratando-se de uma amostra por conveniência, o estudo integrou 220 participantes de famílias nucleares intactas portuguesas, correspondendo a 110 casais com filhos em idade pré-escolar, residentes nos distritos de Santarém e Castelo Branco. As mães ( $n = 110$ ) tinham idades compreendidas entre os 25 e os 47 anos ( $M = 37.45$ ;  $DP = 4.44$ ), e os pais ( $n = 110$ ) entre os 26 e os 60 anos ( $M = 39.05$ ;  $DP = 5.36$ ). Tanto as mães como os pais tinham, na sua maioria, entre os 36 e os 46 anos de idade. Em todos os casos, o agregado familiar era composto por mãe e pai e, pelo menos, um filho em idade pré-escolar. Quanto à escolaridade, a maioria das mães tinha concluído o ensino superior (65.5%), enquanto no caso dos pais o ensino superior (40.9%) ou secundário (39.1%) foram os níveis mais representados. Relativamente à situação profissional, a maioria das mães (90%) e dos pais (99.1%) era profissionalmente ativa. Questionados sobre a sua perceção do nível socioeconómico, a maioria das mães (55%) e pais (54.5%) considerou-o como médio (*Tabela 1*).

No que diz respeito às crianças, estas tinham idades compreendidas entre os 3 e os 6 anos ( $M = 4.21$ ;  $DP = .92$ ), sendo a faixa etária mais representada os 4 anos de idade (36.4%). A maioria das crianças era do sexo masculino (50.9%) e tinha irmãos (70.9%). Todas elas viviam com ambos os pais e frequentavam instituições de ensino pré-escolar (*Tabela 2*).

**Tabela 1.***Características Sociodemográficas dos Participantes*

Variável		Mães		Pais	
		N	%	N	%
Idade	25 – 35 anos de idade	32	29.1	34	30.9
	36 – 46 anos de idade	77	70.0	68	61.8
	47 – 60 anos de idade	1	0.9	8	7.3
Estado Civil	Solteiro	7	6.4	6	5.5
	Casado / União de facto	102	92.7	103	93.6
	Divorciado / Separado <sup>a</sup>	1	0.9	1	0.9
Escolaridade	Ensino Básico	3	2.7	22	20.0
	Ensino Secundário	35	31.8	43	39.1
	Ensino Superior	72	65.5	45	40.9
Situação Profissional	Profissionalmente ativo	99	90.0	109	99.1
	Estudante	1	0.9	-	-
	Reformado / Pensionista	1	0.9	-	-
	Dona/o de casa	4	3.6	-	-
	À procura de trabalho	4	3.6	1	0.9
	Outra situação	1	0.9	-	-
Nível Socioeconómico <sup>b</sup>	Baixo	2	1.8	3	2.7
	Médio-baixo	34	31.2	36	32.7
	Médio	60	55.0	60	54.5
	Médio-alto	12	11.0	10	9.1
	Alto	1	0.9	1	0.9

<sup>a</sup> embora o estado civil indicado, este diz respeito a uma relação anterior do participante, pelo que o agregado familiar atual é constituído pela mãe e pelo pai da criança; <sup>b</sup> 1 valor omisso

**Tabela 2.***Características Sociodemográficas das Crianças*

Variável		N	%
Sexo	Masculino	56	50.9
	Feminino	54	49.1
Idade	3 anos	28	25.5
	4 anos	40	36.4
	5 anos	33	30.0
	6 anos	9	8.2
Irmãos	Não	32	29.1
	Sim	78	70.9

### **2.2.2. Procedimentos**

Após a apresentação e aprovação do projeto junto da Comissão de Ética da Universidade da Beira Interior (CE-UBI-Pj-2023-062-ID1950), foram contactadas as instituições escolares (públicas e privadas), de forma presencial, tendo sido apresentado o estudo, os seus objetivos e formalizados os pedidos de autorização para a realização da presente recolha de dados. Após a aprovação dos diretores, foi possível prosseguir com a recolha de dados realizada de forma presencial em infantários, com a colaboração essencial das educadoras, a quem foi também explicado o estudo, seus objetivos e procedimentos a seguir nesta recolha, pedindo-lhes o seu apoio na realização da mesma. As educadoras avisaram previamente os pais de que iria decorrer esta investigação, enviando posteriormente os protocolos (documentação de apresentação do estudo, consentimento informado e conjunto de questionários), que foram colocados nas mochilas das crianças dentro de um envelope por selar, com indicação para que fosse devolvido fechado. Foi solicitado aos participantes a criação de um código (com letras e algarismos) para que fosse possível associar os protocolos preenchidos pela mãe e pelo pai, mantendo o anonimato da criança.

A recolha de dados decorreu em duas fases. Numa primeira fase, foram deixados a cada educadora protocolos a preencher unicamente pela mãe que, depois de recebidos pelas educadoras, ao fim de uma semana, foram recolhidos pela investigadora. Aproximadamente duas semanas depois, foram enviados os protocolos para os pais e repetido o processo. Em nenhum momento os protocolos da mãe e do pai incluídos no estudo se cruzaram. Este procedimento foi utilizado para evitar que os pais discutissem itens específicos durante o seu preenchimento. A participação no estudo foi voluntária, informada e confidencial. Todos os participantes foram devidamente informados sobre os objetivos e metodologia do estudo, assinando um consentimento informado, e a confidencialidade foi assegurada pela inexistência de elementos que os identificassem na base de dados.

A recolha de dados, que decorreu entre janeiro e março de 2024, foi realizada em infantários dos distritos de Santarém e de Castelo Branco, em parceria com outra estudante que realizava a sua dissertação no âmbito do mesmo projeto. No distrito de Santarém, foram enviados 455 protocolos e devolvidos 303, dos quais 262 preenchidos e 41 em branco. Dos protocolos preenchidos, foram excluídos 81 cuja resposta foi dada por apenas um dos elementos do casal e 19 por não cumprirem critérios de inclusão do estudo (i.e., pertencer a uma família nuclear intacta em que a mãe, o pai e a criança em questão viviam juntos). No distrito de Castelo Branco, foram enviados 258 protocolos e recolhidos 139, dos quais 58 integraram a amostra final, num total de 220 participantes, ou seja, 110 casais de famílias nucleares intactas.

Finalizada a recolha, foi elaborada uma base de dados no programa *IBM SPSS Statistics* (versão 29), através da qual foi realizada toda a análise estatística necessária para dar resposta aos objetivos do presente estudo

### 2.2.3. Instrumentos

- **Questionário Sociodemográfico:** foi utilizado para recolher informações relevantes sobre os participantes (i.e., idade, género, nacionalidade, estado civil, nível de escolaridade, local de residência, perceção do nível socioeconómico, entre outras) e criança.

- **Questionário de Coparentalidade (*Coparenting Questionnaire - CQ*, Margolin, Gordis & John, 2001; versão portuguesa de Pedro & Ribeiro, 2015):** é um questionário de hétero-relato que permite avaliar as perceções que os cônjuges ou companheiros têm um do outro enquanto pais. Este questionário é composto por um total de 14 itens a que cada um dos elementos da díade deve responder, seguindo a seguinte instrução “Pense com que frequência o(a) seu/sua cônjuge/companheiro(a) atua deste modo consigo”. Os itens dividem-se em três subescalas representantes das dimensões da coparentalidade a ser avaliadas: (1) Cooperação, que inclui 5 itens que dizem respeito à forma como os elementos da díade se apoiam e respeitam enquanto pais; (2) Conflito, que inclui 5 itens referentes ao conflito interparental em assuntos relacionados com a educação dos filhos; e (3) Triangulação, que inclui 4 itens que refletem as tentativas de ambos para estabelecerem uma coligação com a criança, de forma a excluir o outro ou a pôr em causa a sua autoridade enquanto pai. Todos os itens são cotados numa escala tipo Likert de 1 a 5 (1 = Nunca; 2 = Raramente; 3 = Às vezes; 4 = Normalmente; 5 = Sempre), à exceção do item 13 que é invertido. Quanto mais elevados os resultados, mais elevados os níveis de Cooperação, Conflito e Triangulação. O cálculo do Alfa de *Cronbach* para cada uma das subescalas, na versão original do questionário, revelou uma consistência interna moderada a elevada (para mães: cooperação  $\alpha = .73$ , conflito  $\alpha = .74$  e triangulação  $\alpha = .74$ ; para pais: cooperação  $\alpha = .77$ , conflito  $\alpha = .82$  e triangulação  $\alpha = .80$ ) (Margolin et al., 2001). Na versão portuguesa deste questionário (validado para pré-adolescentes), o mesmo cálculo revelou uma consistência interna moderada a elevada (para mães: cooperação  $\alpha = .88$ , conflito  $\alpha = .76$  e triangulação  $\alpha = .85$ ; para pais: cooperação  $\alpha = .83$ , conflito  $\alpha = .71$  e triangulação  $\alpha = .77$ ) (Pedro & Ribeiro, 2015). Neste estudo, este cálculo revelou para mães: cooperação  $\alpha = .86$ , conflito  $\alpha = .84$  e triangulação  $\alpha = .60$ ; e para pais: cooperação  $\alpha = .79$ , conflito  $\alpha = .79$  e triangulação  $\alpha = .51$ .

- **Questionário de Capacidades e Dificuldades (*The Strengths and Difficulties Questionnaire – SDQ*, Goodman, 1997; versão portuguesa de Fleitlich, Loureiro, Fonseca e Gaspar, 2004):** é um questionário que permite avaliar a perceção que os pais têm do desenvolvimento socioemocional dos seus filhos, através da identificação dos

comportamentos sociais adequados (capacidades) e não adequados (dificuldades) que exibem. Apesar de a versão utilizada no presente estudo ser destinada aos pais, existem ainda outras destinadas ao preenchimento por professores ou pelo próprio (a partir dos 11 anos de idade). Este questionário é composto por 25 itens/afirmações que dizem respeito a comportamentos da criança nos últimos seis meses ou no presente ano escolar, e que podem, de uma forma geral, ser considerados capacidades ou dificuldades. Os 25 itens integram cinco subescalas, das quais quatro são subescalas de dificuldades (i.e., Hiperatividade, Sintomas Emocionais, Problemas de Comportamento/Conduta, Problemas de Relacionamento com os Pares) e uma escala de capacidades (i.e., Comportamento Pró-Social). Todos os itens são cotados numa escala de 0 a 2 (0 = Não é verdade; 1 = É um pouco verdade; 2 = É muito verdade), à exceção de 5 itens (itens 7, 11, 14, 21 e 25) que são invertidos. A pontuação para cada uma das escalas é gerada a partir do somatório das pontuações dos 5 itens que a integram, podendo variar de 0 a 10. Neste estudo não foi tido em conta o Comportamento Pró-Social, sendo apenas utilizados os itens referentes às quatro subescalas de dificuldades. Optou-se por uma abordagem que prioriza a divisão dos itens relativos às dificuldades do SDQ em duas subescalas alternativas Externalização e Internalização, em linha com o sugerido por Goodman et al. (2010). Esta é considerada ser uma abordagem mais conservadora e adequada no estudo de amostras mais gerais e de baixo risco (Goodman et al., 2010), como é o caso da amostra do presente estudo. Desta forma, foi possível, através do somatório das pontuações das escalas de Hiperatividade e Problemas de Comportamento/Conduta, e de Sintomas Emocionais e Problemas de Relacionamento com os Pares obter, respetivamente, pontuações de Externalização e Internalização, que podem variar de 0 a 20. O cálculo do Alfa de *Cronbach* para cada uma destas subescalas, na versão original do questionário, revelou uma consistência interna moderada: externalização  $\alpha = .78$  e internalização  $\alpha = .73$  (Goodman et al., 2010). Neste estudo, este cálculo revelou para mães: externalização  $\alpha = .78$  e internalização  $\alpha = .60$ ; e para pais: externalização  $\alpha = .76$  e internalização  $\alpha = .66$ . No nosso estudo foi também utilizado o Total das Dificuldades através do somatório das pontuações totais das quatro subescalas de dificuldades, que pode variar entre 0 e 40. O cálculo do alfa de *Cronbach* para o Total das Dificuldades, na versão original do questionário, revelou uma consistência interna elevada: total das dificuldades  $\alpha = .82$  (Goodman, 2001). Neste estudo, este cálculo revelou para mães: total das dificuldades  $\alpha = .76$  e para pais: total das dificuldades  $\alpha = .78$ .

#### **2.2.4. Análise Estatística**

A análise estatística foi realizada com recurso programa *IBM SPSS Statistics* (versão 29.0). Para comparar a perceção que as mães e os pais têm sobre a sua relação coparental e sobre os problemas socioemocionais dos filhos foram analisadas: (Nível I) as pontuações das mães e

dos pais nos itens respeitantes à coparentalidade e problemas socioemocionais dos filhos através de estatísticas descritivas, em particular análise de frequências; (Nível II) as associações entre as pontuações das mães e dos pais nos itens e dimensões do CQ e do SDQ através de correlações de *Pearson*, cujos valores foram interpretados de acordo com as diretrizes de Marôco (2011):  $< .25$  = fraca,  $.25 - .50$  = moderada,  $.50 - .75$  = forte,  $> .75$  = muito forte; (Nível III) as diferenças entre as pontuações das mães e dos pais nos itens e dimensões do CQ e do SDQ através de Testes t de *Student* para Amostras Emparelhadas, juntamente com Testes d de Cohen para averiguar as magnitudes do efeito, cujos valores foram interpretados de acordo com as diretrizes de Cohen (1988):  $.20$  = pequena,  $.50$  = média,  $.80$  = grande; (Nível IV) as associações entre as perceções de coparentalidade e dos problemas socioemocionais dos filhos, na perspetiva das mães e dos pais, através de correlações de *Pearson*.

## 2.3. Resultados

### *Nível I: Análise Descritiva dos Itens*

- ***Coparentalidade***

Para a apresentação dos resultados descritivos para os itens mais e menos pontuados pelas mães e pelos pais no que concerne às suas perceções de coparentalidade, as frequências das cinco opções de resposta foram agrupadas em três categorias: (1) Nunca/Raramente, (2) Às vezes e (3) Normalmente/Sempre. A análise dos itens permitiu verificar que tanto as mães como os pais pontuaram mais frequentemente como “Normalmente/Sempre” itens respeitantes à Cooperação. Para as mães, os itens mais frequentemente pontuados como “Normalmente/Sempre” foram “falar bem de mim” (91.9%;  $M = 4.56$ ;  $DP = .70$ ) e “resolução de problemas disciplinares” (90.9%;  $M = 4.53$ ;  $DP = .74$ ), enquanto o item mais frequentemente pontuado como “Nunca/Raramente” foi “tentar manipular o/a filho/a” (99.1%;  $M = 1.03$ ;  $DP = .21$ ), pertencente à Triangulação. Para os pais, os itens mais frequentemente pontuados como “Normalmente/Sempre” foram “contar-me muitas coisas” (96.4%;  $M = 4.74$ ;  $DP = .52$ ), “resolução de problemas disciplinares” (94.6%;  $M = 4.70$ ;  $DP = .64$ ), “falar bem de mim” (94.5%;  $M = 4.54$ ;  $DP = .63$ ) e “pôr-me a par” (94.5%;  $M = 4.66$ ;  $DP = .64$ ), destacando-se que, no caso destes, a totalidade da amostra pontuou como “Nunca/Raramente” os itens “usar filho/a contra mim” (100%;  $M = 1.04$ ;  $DP = .19$ ), “enviar-me mensagens através do/a filho/a” (100%;  $M = 1.05$ ;  $DP = .29$ ) e “tenta manipular o/a filho/a” (100%;  $M = 1.05$ ;  $DP = .21$ ), pertencentes à Triangulação (Tabela 3).

**Tabela 3.**

Análise da frequência das respostas dadas pelas mães e pelos pais no CQ

Itens	Mães (n = 110)			Pais (n = 110)			
	Nunca/ Raramente (%)	Às vezes (%)	Normalmente/ Sempre (%)	Nunca/ Raramente (%)	Às Vezez (%)	Normalmente/ Sempre (%)	
Cooperação	Falar bem de mim	1.8	6.4	91.9	0.9	4.5	94.5
	Resolução de problemas disciplinares	2.7	6.4	90.9	0.9	4.5	94.6
	Pôr-me a par	6.3	6.4	87.3	1.8	3.6	94.5
	Contar-me muitas coisas	3.6	12.7	83.6	-	3.6	96.4
	Perguntar-me a opinião	8.2	12.7	79.1	6.3	10.0	83.7
Conflito	Concordar em decisões de disciplina <sup>a</sup>	3.6	9.1	87.3	3.6	10.0	86.3
	Níveis de exigência diferentes	71.8	21.8	6.3	66.4	29.1	4.5
	Regras diferentes	88.2	8.2	3.6	83.6	13.6	2.7
	Enfraquecer a posição de mãe/pai	94.6	4.5	0.9	93.6	6.4	-
	Discutir comigo	83.7	16.4	-	86.4	11.8	1.8
Triangulação	Dizer coisas cruéis	91.8	7.3	0.9	97.3	2.7	-
	Usar filho/a contra mim	98.2	1.8	-	100.0	-	-
	Enviar-me mensagens através do/a filho/a	98.2	1.8	-	100.0	-	-
	Tentar manipular o/a filho/a	99.1	0.9	-	100.0	-	-

<sup>a</sup> item invertido

### • **Problemas Socioemocionais**

No que concerne às percepções que as mães e pais têm dos problemas socioemocionais dos filhos, verificou-se maior variabilidade de respostas entre as opções disponíveis (i.e., “Não é verdade”, “É um pouco verdade”, “É muito verdade”). Tanto para as mães como para os pais, o item mais frequentemente cotado como “É muito verdade” ao nível dos problemas de externalização foi “é irrequieto/a, muito mexido/a” (43.6%;  $M = 1.30$ ;  $DP = .70$ ) (39.1%;  $M = 1.26$ ;  $DP = .67$ ), e ao nível dos problemas de internalização os itens “as crianças gostam dele/a” (86.4%;  $M = 1.86$ ;  $DP = .34$ ) (75.5%;  $M = 1.75$ ;  $DP = .46$ ), e “tem pelo menos um bom amigo”

(81.8%;  $M = 1.81$ ;  $DP = .42$ ) (85.5%;  $M = 1.85$ ;  $DP = .30$ ), que correspondem a itens invertidos desta subescala e, como tal, não são tradutores de problemas de internalização (Tabela 4).

**Tabela 4.**

Análise da frequência das respostas dadas pelas mães e pelos pais no SDQ

Itens	Mães (n = 110)			Pais (n = 110)			
	Não é verdade (%)	É um pouco verdade (%)	É muito verdade (%)	Não é verdade (%)	É um pouco verdade (%)	É muito verdade (%)	
Externalização	É irrequieto/a, muito mexido/a	13.6	42.7	43.6	12.7	48.2	39.1
	Acaba o que começa. <sup>a</sup>	10.0	53.6	36.4	12.7	55.5	31.8
	Faz muitas birras.	23.6	45.5	30.9	24.5	55.5	20.0
	Obedece aos adultos. <sup>a</sup>	15.5	56.4	28.2	8.2	58.2	33.6
	Para e pensa antes de fazer. <sup>a</sup>	12.7	60.0	27.3	9.1	69.1	21.8
	Refila com adultos.	49.1	33.6	17.3	50.9	38.2	10.9
	Não sossega.	52.7	30.9	16.4	51.8	30.9	17.3
	Distrai-se.	41.8	45.5	12.7	36.4	48.2	15.5
	Pode ser mau/má.	86.4	12.7	0.9	82.7	15.5	1.8
	Luta com outras crianças.	95.5	4.5	-	94.5	5.5	-
Internalização	As crianças gostam dele/a. <sup>a</sup>	-	13.6	86.4	0.9	23.6	75.5
	Tem pelo menos um bom amigo. <sup>a</sup>	0.9	17.3	81.8	0.9	13.6	85.5
	É pouco seguro/a em situações novas.	25.5	54.5	20.0	21.8	55.5	22.7
	Tem muitos medos.	61.8	30.0	8.2	54.5	34.5	10.9
	Dá-se melhor com adultos.	67.3	24.5	8.2	65.5	25.5	9.1
	Tende a isolar-se.	72.7	21.8	5.5	69.1	20.9	10.0
	Tem muitas preocupações.	76.4	20.0	3.6	79.1	12.7	8.2
	Queixa-se de dores de cabeça, barriga ou vômitos.	80.9	15.5	3.6	77.3	20.9	1.8
	Muitas vezes triste.	90.0	7.3	2.7	88.2	11.8	-
	As crianças metem-se com ele/a.	87.3	11.8	0.9	87.3	11.8	0.9

<sup>a</sup> item invertido

## Nível II: Análise do Acordo

### • Coparentalidade

Verificou-se que as percepções que as mães e os pais têm do Conflito na relação coparental estão significativa, positiva e moderadamente correlacionadas ( $r = .46$ ,  $p < .001$ ), e as percepções que

têm da Cooperação, significativa, positiva e fracamente correlacionadas ( $r = .23, p < .05$ ). Mais especificamente e analisando os itens de cada uma das subescalas (*Tabela 5*), verificaram-se correlações significativas em todos os itens referentes ao Conflito, oscilando entre  $.25 (p < .05)$  e  $.42 (p < .001)$ , e em dois itens referentes à Cooperação, oscilando entre  $.21 (p < .05)$  e  $.35 (p < .001)$ . Do total dos itens significativamente associados, os que tiveram maior grau de acordo foram “discutir comigo” ( $r = .42, p < .001$ ) e “níveis de exigência diferentes” ( $r = .37, p < .001$ ). Não se observaram correlações significativas entre as pontuações das mães e dos pais ao nível da Triangulação enquanto subescala ou em relação aos seus itens (*Tabela 5*).

- **Problemas Socioemocionais**

Verificou-se que as percepções que as mães e os pais têm dos Problemas de Externalização ( $r = .59, p < .001$ ), dos Problemas de Internalização ( $r = .53, p < .001$ ) e do Total das Dificuldades ( $r = .58, p < .001$ ) dos seus filhos estão significativa, positiva e fortemente correlacionadas. Mais especificamente e analisando os itens de cada uma das subescalas (*Tabela 6*), verificaram-se correlações significativas em oito dos itens referentes à Externalização, oscilando entre  $.21 (p < .05)$  e  $.54 (p < .001)$ , e em nove itens referentes à Internalização, oscilando entre  $.24 (p < .05)$  e  $.54 (p < .001)$ . Do total dos itens significativamente associados, os que tiveram maior grau de acordo foram “faz muitas birras” ( $r = .54, p < .001$ ) e “queixa-se de dores de cabeça, barriga ou vômitos” ( $r = .54, p < .001$ ) (*Tabela 6*).

### **Nível III: Análise de Diferenças**

- **Coparentalidade**

Verificou-se uma diferença estatisticamente significativa entre as percepções que as mães e os pais têm da Cooperação na relação coparental ( $t (109) = -2.63; p < .05$ ), associada a uma magnitude do efeito média ( $d = -.25$ ), com os pais a considerar que as mães são mais cooperantes do que o inverso. Analisando esta diferença nos itens, destacam-se diferenças significativas para o item “contar-me muitas coisas” ( $t (109) = -5.33; p < .001$ ), associada a uma magnitude do efeito grande ( $d = -.51$ ), com os pais a considerar que as suas companheiras lhes contam mais coisas acerca dos filhos, e para o item “pôr-me a par” ( $t (109) = -2.74; p < .05$ ), associada a uma magnitude do efeito média ( $d = -.26$ ), com os pais a considerar que as suas companheiras os põem mais a par de tudo, comparativamente às mães. Não se verificaram diferenças estatisticamente significativas no que refere às percepções que ambos têm do Conflito ou da Triangulação, quer ao nível das subescalas ou dos itens (*Tabela 5*).

**Tabela 5.**

Coparentalidade: correlações, estatísticas descritivas e diferenças das médias (classificações materna e paterna)

Itens e Subescalas	Correlação <i>R</i>	Mães (n = 110)		Pais (n = 110)		<i>t</i> (109)	<i>p</i>
		<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>		
Contar-me muitas coisas	<b>.35**</b>	4.31	.86	4.74	.52	<b>-5.33</b>	<b>&lt;.001</b>
Pôr-me a par	<b>.21*</b>	4.40	.93	4.66	.64	<b>-2.74</b>	<b>.007</b>
Falar bem de mim	.04	4.56	.70	4.54	.63	.31	.757
Perguntar-me a opinião	.08	4.22	1.04	4.34	.96	-.91	.364
Resolução de problemas disciplinares	.03	4.53	.74	4.70	.64	-1.87	.063
(Total) Cooperação	<b>.23*</b>	4.40	.69	4.59	.51	<b>-2.63</b>	<b>.010</b>
Regras diferentes	<b>.26*</b>	1.55	.86	1.69	.87	-1.36	.177
Níveis de exigência diferentes	<b>.37**</b>	1.95	.99	2.03	.97	-.78	.438
Discutir comigo	<b>.42**</b>	1.60	.76	1.65	.79	-.69	.494
Concordar em decisões de disciplina <sup>a</sup>	<b>.25*</b>	4.22	.83	4.16	.78	.58	.562
Enfraquecer a posição de mãe/pai	<b>.34**</b>	1.17	.54	1.22	.55	-.76	.448
(Total) Conflito	<b>.46**</b>	1.61	.63	1.68	.59	-1.22	.225
Dizer coisas cruéis	.14	1.25	.67	1.22	.48	.50	.619
Usar filho/a contra mim	-.03	1.05	.28	1.04	.19	.28	.783
Tentar manipular o/a filho/a	-.03	1.03	.21	1.05	.21	-.63	.530
Enviar-me mensagens através do/a filho/a	.04	1.10	.36	1.05	.29	1.15	.253
(Total) Triangulação	.14	1.10	.28	1.09	.19	.60	.549

<sup>a</sup> item invertido\*\**p* < .001\**p* < .05

### • **Problemas Socioemocionais**

Não se verificaram diferenças estatisticamente significativas entre as percepções que as mães e os pais têm dos Problemas de Externalização, Problemas de Internalização ou Total das Dificuldades dos filhos, observando-se apenas uma diferença significativa em relação ao item “as crianças gostam dele/a” ( $t(109) = 2.67$ ;  $p < .05$ ), associada a uma magnitude do efeito média ( $d = .25$ ), com as mães a considerar, mais que os pais, que as outras crianças gostam dos seus filhos (Tabela 6).

**Tabela 6.**

*Problemas Socioemocionais: correlações, estatísticas descritivas e diferenças das médias (classificações materna e paterna)*

Itens e Subescalas	Correlação <i>R</i>	Mães (n = 110)		Pais (n = 110)		<i>t</i> (109)	<i>p</i>
		<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>		
É irrequieto/a, muito mexido/a	<b>.44*</b>	1.30	.70	1.26	.67	.52	.602
Faz muitas birras.	<b>.54**</b>	1.07	.74	.95	.67	1.84	.068
Obedece aos adultos. <sup>a</sup>	<b>.32**</b>	1.13	.65	1.25	.60	-1.83	.071
Não sossega.	<b>.42**</b>	.64	.75	.65	.76	-.23	.815
Luta com outras crianças.	-.05	.05	.21	.05	.23	-.30	.756
Distrai-se.	<b>.41**</b>	.71	.68	.79	.69	-1.15	.251
Refila com adultos.	<b>.21*</b>	.68	.75	.60	.68	.95	.342
Para e pensa antes de fazer. <sup>a</sup>	<b>.41**</b>	1.15	.62	1.13	.54	.30	.765
Pode ser mau/má.	.16	.15	.38	.19	.44	-.90	.372
Acaba o que começa. <sup>a</sup>	<b>.37**</b>	1.26	.63	1.19	.64	1.07	.287
<b>(Total) Externalização</b>	<b>.59**</b>	7.05	3.70	6.94	3.43	.38	.701
Queixa-se de dores de cabeça, barriga ou vômitos.	<b>.54**</b>	.23	.50	.25	.47	-.41	.685
Tende a isolar-se.	<b>.24*</b>	.33	.58	.41	.67	-1.12	.266
Tem muitas preocupações.	.12	.27	.52	.29	.61	-.25	.801
Tem pelo menos um bom amigo. <sup>a</sup>	<b>.38**</b>	1.81	.42	1.85	.39	-.85	.396
Muitas vezes triste.	<b>.30**</b>	.13	.41	.12	.32	.22	.828
As crianças gostam dele/a. <sup>a</sup>	<b>.36**</b>	1.86	.34	1.75	.46	<b>2.67</b>	<b>.009</b>
É pouco seguro/a em situações novas.	<b>.37**</b>	.95	.67	1.01	.67	-.88	.380
As crianças metem-se com ele/a.	<b>.40**</b>	.14	.37	.14	.37	.00	1.000
Dá-se melhor com adultos.	<b>.25*</b>	.41	.64	.44	.66	-.36	.720
Tem muitos medos.	<b>.46**</b>	.46	.64	.56	.68	-1.52	.131
<b>(Total) Internalização</b>	<b>.53**</b>	3.24	2.43	3.62	2.71	-1.60	.112
<b>Total dos Problemas</b>	<b>.58**</b>	10.29	4.94	10.55	5.13	-.59	.553

<sup>a</sup> item invertido

\*\*p < .001

\*p < .05

#### **Nível IV: Análise da Associação entre as Variáveis**

Para analisar se a forma como a percepção de Coparentalidade e dos Problemas Socioemocionais dos filhos se relacionam é ou não idêntica em mães e pais, foram realizadas correlações entre estas variáveis para cada um dos grupos. Verificou-se, para mães, a existência de uma correlação significativa, negativa e moderada entre a percepção de Cooperação na relação coparental e a percepção dos Problemas de Externalização dos filhos ( $r = -.31, p < .05$ ) e uma correlação significativa, positiva e fraca, entre a percepção de Conflito na

relação coparental e a percepção dos Problemas de Externalização dos filhos ( $r = .19, p < .05$ ). Para os pais, verificou-se apenas a existência de uma correlação significativa, positiva e moderada, entre a percepção de Conflito na relação coparental e a percepção dos Problemas de Externalização dos filhos ( $r = .27, p < .05$ ). Não se verificaram quaisquer associações entre a Coparentalidade e os Problemas de Internalização dos filhos, quer em mães ou pais (*Tabela 7*).

**Tabela 7.**

*Correlações entre as percepções de Coparentalidade e as percepções dos Problemas Socioemocionais dos filhos, em mães e pais*

	Percepção Materna			Percepção Paterna		
	Cooperação	Conflito	Triangulação	Cooperação	Conflito	Triangulação
Problemas de Externalização	<b>-.31**</b>	<b>.19*</b>	.08	-.18	<b>.27*</b>	.04
Problemas de Internalização	.04	.17	.02	.11	.12	.06

\*\*p < .001

\*p < .05

## 2.4. Discussão

O presente trabalho visa contribuir para a compreensão da relação entre coparentalidade e ajustamento socioemocional em crianças em idade pré-escolar. Tendo em conta a escassez de investigações que incluem a perspectiva de ambos os pais, este estudo propôs-se comparar as perspectivas da mãe e do pai relativamente à relação coparental e aos problemas socioemocionais dos filhos, recorrendo a diferentes níveis de análise. A amostra estudada é uma amostra comunitária, composta por 220 mães e pais (110 casais) em famílias nucleares intactas com filhos entre os 3 e os 6 anos de idade.

Considerando o primeiro nível de análise, estudo descritivo dos itens, os resultados relativos à coparentalidade evidenciaram, de uma maneira geral, tendências de resposta semelhantes para mães e pais, maioritariamente tradutoras de relações coparentais pautadas por frequente cooperação, pouco conflito e pouca triangulação, com uma elevada percentagem de mães e pais a considerar que os seus companheiros/as têm normalmente ou sempre comportamentos cooperantes na coparentalidade, e raramente ou nunca comportamentos associados a conflito ou triangulação. Mais ainda, embora seja notória a baixa variabilidade nas respostas aos itens de todas as subescalas, destaca-se em particular a quase ausência de variabilidade nas respostas aos itens de triangulação, com a quase totalidade da amostra a

posicionar-se na opção “nunca/raramente”. Com efeito, e tendo em conta a faixa etária estudada, estes resultados vão ao encontro da literatura que sugere que a coparentalidade na etapa com filhos em idade pré-escolar exige dos pais muita cooperação, trabalho de equipa e coordenação de esforços para responder a todas as exigências associadas ao cuidado e educação dos filhos, não sendo os casos de triangulação comuns em crianças nesta idade, pois para formar uma coligação com a criança que leve à rejeição do outro elemento da díade coparental, exige-se já um certo nível de capacidades verbais e maturidade emocional por parte da mesma (Margolin et al., 2001). No entanto, podemos também colocar em hipótese que o facto dos participantes deste estudo pertencerem a uma amostra comunitária possa não espelhar relações coparentais predominantemente conflituosas, ou tanta variabilidade nas respostas dadas, comparativamente ao que poderia ser observado ao estudar uma amostra clínica. Poderá ser ainda pertinente considerar a eventual influência de deseabilidade social nas respostas dadas pelas mães e pais a este questionário, com o objetivo de ocultar dinâmicas familiares menos positivas.

Relativamente à análise das respostas aos itens do SDQ, é de destacar a elevada similaridade entre as perspetivas das mães e dos pais, à semelhança do observado noutra estudo que também analisou as respostas de mães e pais a itens específicos respeitantes a problemas socioemocionais dos seus filhos (Major et al., 2020). Contrastando com o sucedido para a coparentalidade, verificou-se grande variabilidade nas respostas aos itens deste questionário, com mães e pais a distribuir-se pelas várias opções de resposta, e apenas uma reduzida percentagem de mães e pais a considerar os problemas socioemocionais listados com muito verdadeiros para os seus filhos. Mais uma vez, tal já era de certa forma expectável tendo em conta a natureza da amostra. Ainda assim, tanto mães como pais tenderam a pontuar, no geral, mais alto nos itens referentes a problemas de externalização e mais baixo nos referentes a problemas de internalização. De facto, se por um lado é comum que crianças em idade pré-escolar manifestem um determinado nível de comportamentos de externalização, próprios da idade e estágio desenvolvimental (Volckaert & Noel, 2017), que por si só são mais visíveis, por outro, as respostas de internalização, quando ocorrem, tendem a passar mais despercebidas aos pais (Williams, 2017).

Tendo em conta o segundo nível de análise, foi estudado o acordo interparental com base nas associações entre a perspetiva materna e paterna sobre a coparentalidade e sobre os problemas socioemocionais dos filhos. No que diz respeito à coparentalidade, os resultados do nosso estudo sugerem que mães e pais estão em concordância na forma como percecionam que o outro os apoia, valoriza, respeita enquanto mãe/pai e partilha responsabilidades (cooperação), mas também no modo como percecionam o conflito na relação coparental. A literatura sugere que as perceções de coparentalidade entre mães e pais tendem a estar moderadamente

associadas (Feinberg et al., 2012), o que no nosso estudo se verificou particularmente em relação à percepção de conflito, cujo acordo entre pai e mãe, ainda que moderado, foi mais elevado do que em relação à cooperação. Este resultado é consistente com conclusões de uma meta-análise recente, na qual é sugerido que o conflito é a dimensão da coparentalidade em que mães e pais tendem a estar mais frequentemente de acordo, por envolver comportamentos mais evidentes e explicitamente negativos que dificilmente passam despercebidos (Zhao et al., 2022). Com efeito, a análise do acordo ao nível dos itens, permitiu perceber que foi precisamente na resposta ao item “discutir comigo” que mães e pais estiveram em maior concordância. Por outro lado, as percepções materna e paterna de triangulação não evidenciaram qualquer associação. Uma possível explicação para este resultado pode dever-se à baixa variabilidade que se observou nas respostas dadas aos itens desta subescala, que não permite a identificação de relações entre respondentes.

No que concerne à percepção de problemas socioemocionais, os resultados sugerem que mães e pais tendem a estar de acordo na avaliação que fazem das dificuldades dos filhos, nas dimensões de problemas de externalização, problemas de internalização e total das dificuldades. À semelhança de outros estudos, as percepções que mães e pais têm dos problemas socioemocionais dos filhos revelaram estar fortemente correlacionadas (Achenbach et al., 1987; Fält et al., 2018). Os resultados vão também ao encontro da literatura que sugere que o grau de concordância entre mães e pais tende a ser maior para respostas emocionais que são exteriorizadas e, por isso, direcionadas a outros na forma de comportamentos disruptivos, hiperatividade, agressão verbal ou física (Alakortes et al., 2017; Fält et al., 2018; Major et al., 2022; Yuh, 2017), dada a sua objetividade, facilidade de observação e natureza socialmente indesejável e perturbadora (Alakortes et al., 2017). A análise do acordo ao nível dos itens, permitiu perceber que um dos itens em que mães e pais mais estiveram em concordância foi “faz muitas birras”, o que faz sentido à luz do facto de que as birras incluem habitualmente comportamentos que dificilmente passam despercebidos, como gritar, bater com os pés, deitar-se no chão, morder, bater em si ou nos outros, dar pontapés, e atirar ou partir objetos. Mães e pais mostraram estar igualmente de acordo na resposta ao item “queixa-se de dores de cabeça, barriga ou vômitos”. Embora este resultado possa, à partida, parecer contraditório por fazer referência a internalização, poderá fazer sentido se pensarmos que pode ser fácil para os pais identificar quando um filho nesta idade sente esse tipo de desconforto, não só através de verbalizações, mas também mudanças no comportamento, choro ou irritabilidade.

Num terceiro nível, este estudo propôs-se explorar se existiam discrepâncias entre as percepções que mães e pais têm da coparentalidade e dos problemas socioemocionais dos filhos. A única diferença significativa encontrada foi em relação à cooperação na relação coparental. Assim, este resultado sugere que, quando comparados com as mães, os pais parecem

considerar que as companheiras são mais cooperantes na relação coparental, por exemplo, apoiando-os, contando-lhes muitas coisas acerca dos seus filhos ou colocando-os a par de tudo o que acontece durante o seu dia-a-dia. Se por um lado, este resultado vai ao encontro de estudos como o de Margolin et al. (2001) que sugerem que as mães tendem a ser vistas pelos seus parceiros como mais cooperantes, pode também ser lido à luz dos papéis de género ainda vigentes (Schoppe-Sullivan et al., 2023). Com efeito, embora os pais assumam atualmente um papel mais ativo na vida dos seus filhos pequenos, as mães continuam a desempenhar o papel de cuidadoras primárias na maioria das famílias, mesmo naquelas em que ambos os cônjuges estão empregados (Ronaghan et al., 2023). Assim, considerando que as mães possam ter um maior controlo, os pais podem ver o seu papel como secundário, confiando nelas para facilitar o seu envolvimento na vida dos filhos, por exemplo, ao mantê-los informados sobre o que acontece na vida da criança (Perry et al., 2017).

Relativamente aos problemas socioemocionais dos filhos, as mães e os pais deste estudo não diferiram significativamente nas suas perceções, quer dos problemas de externalização, problemas de internalização ou total das dificuldades. Este resultado vai ao encontro de outros estudos, nos quais não foram igualmente encontradas diferenças significativas entre mães e pais (Duhig et al., 2000; Yuh, 2017)) e, assim, também da literatura que sugere que as perceções maternas e paternas dos problemas socioemocionais dos filhos tendem a ser mais semelhantes que diferentes (Major et al., 2022; Yuh, 2017).

Por fim, num último nível de análise comparativa entre mães e pais, foi examinada a forma como a perceção de coparentalidade e dos problemas socioemocionais dos filhos se relacionam nas mães e nos pais. Os resultados sugerem que tanto as mães como os pais que percecionam maior conflito na relação coparental, percecionam também mais problemas de externalização nos seus filhos (e *vice-versa*). Este é um dos achados mais amplamente replicados na literatura que investiga a relação entre a coparentalidade e os problemas socioemocionais das crianças – níveis mais elevados de conflito na relação coparental estão associados a mais problemas de externalização (Teubert & Pinquart, 2010; Zhao et al., 2022). A exposição das crianças ao conflito coparental pode fazer com que estas aprendam a ver a agressão verbal ou física como a forma mais adequada de gerir as suas relações interpessoais, o que muitas vezes leva a comportamentos de externalização (Teubert & Pinquart, 2010). Por outro lado, ter filhos com comportamentos desafiantes também pode significar desafios acrescidos para a coparentalidade (Mendez et al., 2015). Zemp et al. (2018) sugerem, nomeadamente, que crianças com problemas de externalização podem fazer com que os pais se sintam mais frustrados na sua educação e conduzir a níveis mais elevados de conflito na relação coparental. Os resultados do presente estudo sugerem ainda que mães que percecionam menor cooperação na relação coparental, percecionam também mais problemas de externalização

nos seus filhos (e *vice-versa*). Este resultado pode ser lido à luz das conclusões retiradas na meta-análise de Teubert e Pinquart (2010), nomeadamente de que as crianças não só reconhecem e respondem a aspetos evidentes da coparentalidade, como o conflito e triangulação, mas são também sensíveis a aspetos mais ocultos, como a ausência de cooperação na relação coparental. Por outro lado, e em linha com o já anteriormente exposto - crianças com comportamentos desafiantes também podem representar desafios acrescidos para a coparentalidade (Mendez et al., 2015) -, a manifestação de mais problemas de comportamento pode levar à diminuição de cooperação na relação coparental (Choi et al., 2019). Uma explicação possível para esta associação não se verificar para os pais pode prender-se com o facto de, enquanto cuidadoras primárias, as mães poderem sentir uma responsabilidade mais forte para cooperar de forma consistente na coparentalidade, o que não acontece com os pais, que veem o seu papel na criação e educação dos filhos como secundário ao das suas parceiras, acabando por cooperar menos com as mesmas na coparentalidade (Perry et al., 2017). Assim, é plausível que as mães, mais que os pais, percecionem variabilidade nos comportamentos de cooperação dos seus companheiros, sendo possivelmente esta variabilidade nas respostas das mães que permite estabelecer uma relação entre as suas perceções de cooperação na relação coparental e os problemas socioemocionais dos filhos.

## **2.5. Conclusão**

Atendendo à lacuna que se verifica na literatura, e particularmente no contexto português, o nosso trabalho representa um contributo para a compreensão da relação entre a coparentalidade e o ajustamento socioemocional em crianças em idade pré-escolar, sublinhando a importância de incluir a perspetiva de ambos os pais. Para a comparação das perceções que mães e pais têm da relação coparental e dos problemas socioemocionais dos filhos, este estudo recorreu a quatro níveis de análise do acordo interparental. Além das abordagens clássicas que fazem uso de correlações e comparações das diferenças médias entre informadores (e.g. Alakortes et al., 2017), foram incorporadas abordagens complementares, como a análise descritiva dos itens, conforme recomendado por alguns investigadores (e.g. Achenbach et al., 2017; Major et al., 2022), e a análise de associações entre as duas variáveis em estudo. A escolha destas metodologias para a avaliação de diferentes dimensões do acordo interparental permitiu uma comparação mais abrangente e minuciosa das perspetivas maternas e paternas.

Em geral, os resultados do estudo apontam para poucas discrepâncias na forma como mães e pais veem a coparentalidade e os problemas socioemocionais dos seus filhos, estando, de

maneira geral, em acordo. A única diferença encontrada entre mães e pais foi ao nível da cooperação, com os pais a perceberem as suas companheiras como mais cooperantes na coparentalidade. À percepção de maior conflito na relação coparental foram associados mais problemas de externalização nas crianças, tanto na visão materna como na visão paterna, e apenas para as mães, uma percepção de maior cooperação por parte dos pais foi associada a menos problemas de externalização nos filhos.

No que respeita às limitações do estudo, refira-se em primeiro lugar, que as características da amostra podem limitar a representatividade dos resultados obtidos. Este estudo focou-se exclusivamente em mães e pais de famílias nucleares intactas, o que significa que as conclusões podem não refletir a realidade de outras configurações familiares. Seria, portanto, pertinente investigar as percepções de coparentalidade em configurações familiares diversas (e.g. famílias em que ocorreu divórcio, reconstituídas, homoafetivas, monoparentais). Além disso, esta é uma amostra comunitária geograficamente limitada (i.e., infantários de apenas duas cidades), de baixo risco, em que a generalidade dos participantes pertence a famílias da classe média, profissionalmente ativas e com um nível de escolaridade relativamente elevado. Neste sentido, poderia ser também interessante aceder às percepções de famílias em situações de maior vulnerabilidade (e.g. baixo nível socioeconómico, baixa escolaridade, desemprego) e amostras clínicas. Em segundo lugar, deve ter-se em consideração o facto de que a subescala da Triangulação do CQ resultou em coeficientes de confiabilidade reduzidos, o que pode traduzir alguma fragilidade na subescala. Estes valores provavelmente estarão relacionados com a baixa variabilidade nas respostas aos itens, que acabam por comprometer a capacidade do instrumento para captar diferenças significativas entre os participantes. Diante disto, os resultados obtidos devem ser interpretados com cautela. Por último, existe uma lacuna na literatura que explora as percepções que mães e pais têm sobre a relação coparental e sobre os problemas socioemocionais dos seus filhos, comparando-as. Como tal, alguns dos resultados do presente estudo adquirem um carácter mais descritivo, não permitindo estabelecer associações explícitas a investigação prévia.

Por fim, é de referir as implicações deste estudo para a prática, no âmbito da Psicologia Clínica e da Saúde, nomeadamente no que refere à intervenção sistémica com famílias com crianças em idade pré-escolar, neste período tão importante para o seu desenvolvimento socioemocional (Parkes et al., 2019) e em que surgem frequentemente as primeiras manifestações dos problemas socioemocionais (Abd Rahim et al., 2023; Steenhoff et al., 2021). Primeiramente, o conhecimento sobre a forma como mães e pais convergem e divergem nas suas percepções relativamente aos problemas socioemocionais dos filhos baseadas na investigação, pode auxiliar os profissionais na avaliação da relevância das discrepâncias que observam em contexto clínico (Fält et al., 2018). Além disso, os resultados sugerem que mais

problemas de externalização nas crianças estão associados a percepções de maior conflito na coparentalidade, e à percepção materna de menor de cooperação por parte dos pais. Tal evidência salienta a relevância de intervenções direcionadas à melhoria da relação coparental, com ênfase na promoção da cooperação, focando a importância do papel do pai na criação e educação dos filhos, e na gestão do conflito através do treino de competências de comunicação e resolução de problemas. Este tipo de intervenções pode ser particularmente eficaz já que, de uma maneira geral, os casais que apresentam níveis elevados de conflito na relação coparental, reconhecem a necessidade de promover o bem-estar dos seus filhos, podendo uma abordagem centrada na coparentalidade constituir uma alternativa aceitável e eficaz para aqueles que se mostram reticentes em submeter-se a outras modalidades terapêuticas (Margolin et al., 2001).

## Referências Bibliográficas

- Abd Rahim, M. H., Ibrahim, M. I., Ab Rahman, A., Yaacob, N. M., & Hashim, N. S. F. (2023). Emotional and behavioural problems among preschool children in Northeast Peninsular Malaysia: Parent report version. *Healthcare (Switzerland)*, *11*(13). <https://doi.org/10.3390/healthcare11131828>
- Achenbach, T. M., Ivanova, M. Y., & Rescorla, L. A. (2017). Empirically based assessment and taxonomy of psychopathology for ages 1½–90+ years: Developmental, multi-informant, and multicultural findings. *Comprehensive Psychiatry*. W.B. Saunders. <https://doi.org/10.1016/j.comppsy.2017.03.006>
- Achenbach, T. M., McConaughy, S. H., & Howell, C. T. (1987). Child/Adolescent behavioral and emotional problems: Implications of cross-informant correlations for situational specificity. *Psychological Bulletin*. <https://doi.org/10.1037/0033-2909.101.2.213>
- Alakortes, J., Fyrstén, J., Bloigu, R., Carter, A. S., Moilanen, I. K., & Ebeling, H. E. (2017). Parental reports of early socioemotional and behavioral problems: Does the father's view make a difference?. *Infant Mental Health Journal*, *38*(3), 363–377. <https://doi.org/10.1002/imhj.21644>
- Blandon, A. Y. (2015). Mothers' and fathers' responses to children's negative emotions: Family and physiological correlates. *Family Relations*, *64*(3), 431–445. <https://doi.org/10.1111/fare.12125>
- Caldera, Y. M., & Lindsey, E. W. (2006). Coparenting, mother-infant interaction, and infant-parent attachment relationships in two-parent families. *Journal of Family Psychology*, *20*(2), 275–283. <https://doi.org/10.1037/0893-3200.20.2.275>
- Campbell, C. G. (2023). Two decades of coparenting research: A scoping review. *Marriage and Family Review*. Routledge. <https://doi.org/10.1080/01494929.2022.2152520>
- Carneiro, A., Dias, P., Pinto, R., Baião, R., Mesquita, A., & Soares, I. (2019). Agreement and disagreement on emotional and behavioral problems in a sample of preschool-age children. *Journal of Psychoeducational Assessment*, *37*(2), 154–168. <https://doi.org/10.1177/0734282917736392>
- Choi, J. K., & Becher, E. H. (2019). Supportive coparenting, parenting stress, harsh parenting, and child behavior problems in nonmarital families. *Family Process*, *58*(2), 404–417. <https://doi.org/10.1111/famp.12373>

- Choi, J. K., Parra, G., & Jiang, Q. (2019). The longitudinal and bidirectional relationships between cooperative coparenting and child behavioral problems in low-income, unmarried families. *Journal of Family Psychology*, 33(2), 203–214. <https://doi.org/10.1037/fam0000498>
- CIG. (2022). Igualdade de género em Portugal: Boletim estatístico 2022 [Gender Equality in Portugal: Statistics 2022]. Retirado de [www.cig.gov.pt](http://www.cig.gov.pt)
- Cohen, J. (1988). *Statistical power analysis for the behavioral sciences (2nd ed.)*. Lawrence Erlbaum Associates.
- Cross, E. J., Overall, N. C., Low, R. S. T., & Henderson, A. M. E. (2020). Relationship problems, agreement and bias in perceptions of partners' parental responsiveness, and family functioning. *Journal of Family Psychology*. <https://doi.org/10.1037/fam0000812>
- Davé, S., Nazareth, I., Senior, R., & Sherr, L. (2008). A comparison of father and mother report of child behaviour on the Strengths and Difficulties Questionnaire. *Child Psychiatry and Human Development*, 39(4), 399–413. <https://doi.org/10.1007/s10578-008-0097-6>
- De Souza, J. & Crepaldi, M.A. (2019). Emotional and behavioral problems of children: Association between family functioning, coparenting and marital relationship. *Acta Colombiana de Psicología*, 22(1), 69-81. doi: <http://www.dx.doi.org/10.14718/ACP.2019.22.1.5>
- Duhig, A. M., Renk, K., Epstein, M. K., & Phares, V. (2000). Interparental agreement on internalizing, externalizing, and total behavior problems: A meta-analysis. *Clinical Psychology: Science and Practice*, 7(4), 435–453. <https://doi.org/10.1093/clipsy.7.4.435>
- Durtschi, J. A., Soloski, K. L., & Kimmes, J. (2017). The dyadic effects of supportive coparenting and parental stress on relationship quality across the transition to parenthood. *Journal of Marital and Family Therapy*. Blackwell Publishing Inc. <https://doi.org/10.1111/jmft.12194>
- Eurenius, E., Mohamed, A. F., Lindkvist, M., Ivarsson, A., Öhlund, I., & Vaezghasemi, M. (2021). Social-emotional problems among 3-year-olds are associated with an unhealthy lifestyle: A population-based study. *Frontiers in Public Health*, 9. <https://doi.org/10.3389/fpubh.2021.694832>
- Favez, N., Tissot, H., Frascarolo, F., Stiefel, F., & Despland, J.-N. (2016). Sense of competence and beliefs about parental roles in mothers and fathers as predictors of coparenting and

- child engagement in mother-father-infant triadic interactions. *Infant and Child Development*, 25, 283–301. <https://doi.org/10.1002/icd.1934>
- Fält, E., Wallby, T., Sarkadi, A., Salari, R., & Fabian, H. (2018). Agreement between mothers', fathers', and teachers' ratings of behavioural and emotional problems in 3-5-year-old children. *PLoS ONE*, 13(11). <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0206752>
- Feinberg, M. E. (2003). The internal structure and ecological context of coparenting: A framework for research and intervention. *Parenting*, 3(2), 95–131. [https://doi.org/10.1207/S15327922PAR0302\\_01](https://doi.org/10.1207/S15327922PAR0302_01)
- Feinberg, M. E., Brown, L. D., & Kan, M. L. (2012). A multi-domain self-report measure of coparenting. *Parenting*, 12(1), 1–21. <https://doi.org/10.1080/15295192.2012.638870>
- Fleitlich, B., Loureiro, M. J., Fonseca, A., & Gaspar, F. (2004). Questionário do SDQ, versão traduzida e adaptada para a população portuguesa. <https://www.sdqinfo.org/>
- Goodman, R. (1997). The Strengths and Difficulties Questionnaire: A research note. In *Defining and Classifying Children in Need* (pp. 183–187). Taylor and Francis. <https://doi.org/10.4324/9781315258324-21>
- Goodman, R. (1999). The extended version of the Strengths and Difficulties Questionnaire as a guide to child psychiatric caseness and consequent burden. *Journal of Child Psychology and Psychiatry and Allied Disciplines*, 40(5), 791–799. <https://doi.org/10.1017/S0021963099004096>
- Goodman, A., Lamping, D. L., & Ploubidis, G. B. (2010). When to use broader internalising and externalising subscales instead of the hypothesised five subscales on the Strengths and Difficulties Questionnaire (SDQ): Data from british parents, teachers and children. *Journal of Abnormal Child Psychology*, 38(8), 1179–1191. <https://doi.org/10.1007/s10802-010-9434-x>
- Han, G., Alfredsson, E., Cox, L., & Psouni, E. (2023). Variation in coparenting quality in relation to child age: Links to coparents' relationship satisfaction and education. *Scandinavian Journal of Psychology*, 64(5), 632–643. <https://doi.org/10.1111/sjop.12915>
- Hess, C. (2020). *Mothers' and fathers' perspectives of coparenting behaviors in intact families: The exploration of the brief measure of Coparenting Relationship Scale Factor Structure*. [Master's Thesis, Auburn University]. <http://hdl.handle.net/10415/7545>

- Jesus, T. (2020). *Impacto de variáveis familiares e sociodemográficas na coparentalidade: Análise do papel mediador do ajustamento conjugal*. [Dissertação de Mestrado, Universidade de Coimbra]. <https://hdl.handle.net/10316/94501>
- Jia, R., & Schoppe-Sullivan, S. J. (2011). Relations between coparenting and father involvement in families with preschool-age children. *Developmental Psychology*, 47(1), 106–118. <https://doi.org/10.1037/a0020802>
- Kästner, A., Ernst, V. S., Hoffmann, W., & Franze, M. (2023). Changes in social behavioral developmental risks in preschool children after the first COVID-19 wave: a prospective longitudinal cohort study. *Scientific Reports*, 13(1). <https://doi.org/10.1038/s41598-023-32877-x>
- Kim, B. R., & Teti, D. M. (2014). Maternal emotional availability during infant bedtime: An ecological framework. *Journal of Family Psychology*, 28(1), 1–11. <https://doi.org/10.1037/a0035157>
- Kuo, P. X., Volling, B. L., & Gonzalez, R. (2017). His, hers, or theirs? Coparenting after the birth of a second child. *Journal of Family Psychology*, 31(6), 710–720. <https://doi.org/10.1037/fam0000321>
- Lamela, D., Nunes-Costa, R., & Figueiredo, B. (2010). Modelos teóricos das relações coparentais: Revisão crítica. *Psicologia Em Estudo*, 15(1), 205–216. <https://doi.org/10.1590/S1413-73722010000100022>
- Lindsey, E. W., Caldera, Y., & Colwell, M. (2005). Correlates of coparenting during infancy. *Family Relations*, 54(3), 346–359. <https://doi.org/10.1111/j.1741-3729.2005.00322.x>
- Macedo, B. (2023). *Como pais e mães percecionam a coparentalidade: Estudo qualitativo do percurso coparental após o nascimento do primeiro filho*. [Dissertação de Mestrado, Universidade do Porto]. <https://hdl.handle.net/10216/150743>
- Majdandžić, M., de Vente, W., Feinberg, M. E., Aktar, E., & Bögels, S. M. (2012). Bidirectional associations between coparenting relations and family member anxiety: A review and conceptual model. *Clinical Child and Family Psychology Review*. <https://doi.org/10.1007/s10567-011-0103-6>
- Major, S. de O., Seabra-Santos, M. J., & Martin, R. P. (2022). Preschoolers' social skills and behaviour problems at home: mothers and fathers' (dis)agreement. *Early Child Development and Care*, 192(1), 67–82. <https://doi.org/10.1080/03004430.2020.1737039>

- Margolin, G., Gordis, E. B., & John, R. S. (2001). Coparenting: A link between marital conflict and parenting in two-parent families. *Journal of Family Psychology, 15*(1), 3–21. <https://doi.org/10.1037/0893-3200.15.1.3>
- Marôco, J. (2011). *Análise estatística com o SPSS Statistics (5ª ed)*. ReportNumber, Lda.
- McHale, J. P., & Rasmussen, J. L. (1998). Coparental and family group-level dynamics during infancy: Early family precursors of child and family functioning during preschool. *Development and Psychopathology, 10*(1), 39–59. <https://doi.org/10.1017/S0954579498001527>
- McHale, J. P., Kuersten-Hogan, R., & Rao, N. (2004). Growing points for coparenting theory and research. *Journal of Adult Development, 11*(3), 221–234. <https://doi.org/10.1023/B:JADE.0000035629.29960.ed>
- Mendez, L. M. R., Loker, T., Fefer, S., Wolgemuth, J., & Mann, A. (2015). “Either come together or fall apart”: Coparenting young children with challenging behaviors. *Couple and Family Psychology: Research and Practice, 4*(2), 74–91. <https://doi.org/10.1037/cfp0000039>
- Merrifield, K. A., & Gamble, W. C. (2013). Associations among marital qualities, supportive and undermining coparenting, and parenting self-efficacy: Testing spillover and stress-buffering processes. *Journal of Family Issues, 34*(4), 510–533. <https://doi.org/10.1177/0192513X12445561>
- Minkin, R., & Horowitz, J. (2023). *Parenting in America Today*. Pew Research Center. <https://www.pewresearch.org/social-trends/2023/01/24/parenting-in-america-today/>
- Minuchin, S. (1974). *Families & family therapy*. Harvard U. Press.
- Murphy, S. E., Gallegos, M. I., Jacobvitz, D. B., & Hazen, N. L. (2017). Coparenting dynamics: Mothers’ and fathers’ differential support and involvement. *Personal Relationships, 24*(4), 917–932. <https://doi.org/10.1111/pere.12221>
- Murphy, S. E., Jacobvitz, D. B., & Hazen, N. L. (2016). What’s so bad about competitive coparenting? Family-level predictors of children’s externalizing symptoms. *Journal of Child and Family Studies, 25*(5), 1684–1690. <https://doi.org/10.1007/s10826-015-0321-5>
- Parkes, A., Green, M., & Mitchell, K. (2019). Coparenting and parenting pathways from the couple relationship to children’s behavior problems. *Journal of Family Psychology, 33*(2), 215–225. <https://doi.org/10.1037/fam0000492>

- Pedro, M. F., & Ribeiro, M. T. (2015). Adaptação portuguesa do Questionário de Coparentalidade: Análise fatorial confirmatória e estudos de validade e fiabilidade. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 28(1), 116–125. <https://doi.org/10.1590/1678-7153.201528113>
- Pedro, M. F., Ribeiro, T., & Shelton, K. H. (2012). Marital satisfaction and partners' parenting practices: The mediating role of coparenting behavior. *Journal of Family Psychology*, 26(4), 509–522. <https://doi.org/10.1037/a0029121>
- Pereira, I. (2022). *Funcionamento familiar, resiliência e coparentalidade - Estudo com pais e mães em famílias com e sem divórcio*. [Dissertação de Mestrado, Instituto Superior Miguel Torga]. <http://repositorio.ismt.pt/jspui/handle/123456789/1422>
- Perry, A., Rollins, A., Grooms, W., & Sabree, R. (2017). Mothers' and fathers' report of coparenting relationship quality, attitudes toward father involvement, and paternal prioritized roles. *Urban Social Work*, 1(2), 165–182. <https://doi.org/10.1891/2474-8684.1.2.165>
- Ribeiro, C. M. (2014). *Coparentalidade, parentalidade e sintomas de externalização e internalização em crianças em idade pré-escolar*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Lusófona do Porto]. <http://hdl.handle.net/10437/5879>
- Ronaghan, D., Gaulke, T., & Theule, J. (2023). The association between marital satisfaction and coparenting quality: A meta-analysis. *Journal of Family Psychology*, 38(2), 236–245. <https://doi.org/10.1037/fam0001149>
- Schoppe-Sullivan, S. J., Brown, G. L., Cannon, E. A., Mangelsdorf, S. C., & Sokolowski, M. S. (2008). Maternal gatekeeping, coparenting quality, and Fathering Behavior in Families With Infants. *Journal of Family Psychology*, 22(3), 389–398. <https://doi.org/10.1037/0893-3200.22.3.389>
- Schoppe-Sullivan, S. J., & Mangelsdorf, S. C. (2013). Parent characteristics and early coparenting behavior at the transition to parenthood. *Social Development*, 22(2), 363–383. <https://doi.org/10.1111/sode.12014>
- Schoppe-Sullivan, S. J., Mangelsdorf, S. C., & Frosch, C. A. (2001). Coparenting, family process, and family structure: Implications for preschoolers' externalizing behavior problems. *Journal of Family Psychology*. American Psychological Association Inc. <https://doi.org/10.1037/0893-3200.15.3.526>

- Schoppe-Sullivan, S. J., Mangelsdorf, S. C., Frosch, C. A., & McHale, J. L. (2004). Associations between coparenting and marital behavior from infancy to the preschool years. *Journal of Family Psychology, 18*(1), 194–207. <https://doi.org/10.1037/0893-3200.18.1.194>
- Schoppe-Sullivan, S. J., Settle, T., Lee, J. K., & Kamp Dush, C. M. (2016). Supportive coparenting relationships as a haven of psychological safety at the transition to parenthood. *Research in Human Development, 13*(1), 32–48. <https://doi.org/10.1080/15427609.2016.1141281>
- Schoppe-Sullivan, S. J., Wang, J., Yang, J., Kim, M., Zhang, Y., & Yoon, S. H. (2023). Patterns of coparenting and young children's social-emotional adjustment in low-income families. *Child Development, 94*(4), 874–888. <https://doi.org/10.1111/cdev.13904>
- Solmeyer, A. R., & Feinberg, M. E. (2011). Mother and father adjustment during early parenthood: The roles of infant temperament and coparenting relationship quality. *Infant Behavior and Development, 34*(4), 504–514. <https://doi.org/10.1016/j.infbeh.2011.07.006>
- Song, S. (2020). *Co-parenting, parenting, and preschool children's adjustment*. [Master's Thesis, Texas Tech University]. <https://hdl.handle.net/2346/85816>
- Souza, C. D. (2018). *Repercussões da coparentalidade e do envolvimento paterno no comportamento da criança pré-escolar em famílias biparentais*. [Tese de Doutorado, Universidade Federal de Santa Catarina]. <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/189948>
- Steenhoff, T., Tharner, A., & Væver, M. S. (2021). Internalizing and externalizing problems in preschool children: The role of mothers' and fathers' observed parenting behavior in a well-resourced sample. *Scandinavian Journal of Psychology, 62*(3), 374–385. <https://doi.org/10.1111/sjop.12724>
- Stright, A. D., & Bales, S. S. (2003). Coparenting quality: Contributions of child and parent characteristics. *Family Relations: An Interdisciplinary Journal of Applied Family Studies, 52*(3), 232–240. <https://doi.org/10.1111/j.1741-3729.2003.00232.x>
- Szabó, N., Dubas, J. S., & van Aken, M. A. G. (2012). And baby makes four: The stability of coparenting and the effects of child temperament after the arrival of a second child. *Journal of Family Psychology, 26*(4), 554–564. <https://doi.org/10.1037/a0028805>

- Teubert, D., & Pinquart, M. (2010). The association between coparenting and child adjustment: A meta-analysis. *Parenting, 10*(4), 286–307. <https://doi.org/10.1080/15295192.2010.492040>
- Vaezghasemi, M., Pulkki-Brännström, A. M., Lindkvist, M., Silfverdal, S. A., Lohr, W., & Ivarsson, A. (2023). Social inequalities in social-emotional problems among preschool children: a population-based study in Sweden. *Global Health Action, 16*(1). <https://doi.org/10.1080/16549716.2022.2147294>
- Vaezghasemi, M., Vogt, T., Lindkvist, M., Pulkki-Brännström, A. M., Richter Sundberg, L., Lundahl, L., Silfverdal, S., Feldman, I., Ivarsson, A. (2023). Multifaceted determinants of social-emotional problems in preschool children in Sweden: An ecological systems theory approach. *SSM - Population Health, 21*. <https://doi.org/10.1016/j.ssmph.2023.101345>
- Van Egeren, L. A. (2003). Prebirth predictors of coparenting experiences in early infancy. In *Infant Mental Health Journal* (Vol. 24, pp. 278–295). <https://doi.org/10.1002/imhj.10056>
- Van Egeren, L. A. V., & Hawkins, D. P. (2004). Coming to terms with coparenting: Implications of definition and measurement. *Journal of Adult Development, 11*(3), 165–178. <https://doi.org/10.1023/B:JADE.0000035625.74672.ob>
- Volckaert, A. M., & Noel, M. P. (2017). Externalizing behavior problems in preschoolers: Impact of an Inhibition Training. *Journal of Psychological Abnormalities, 05*(02). <https://doi.org/10.4172/2471-9900.1000154>
- Williams, R. (2017). *Exploring parents' perceptions of externalizing and internalizing behaviors and their choice of therapy*. [Master's Thesis, East Carolina University]. <http://hdl.handle.net/10342/6171>
- Wirahandayani, M., Rakhmawati, W., & Rukmasari, E. A. (2023). The effect of role playing methods on social-emotional development in preschool children. *Jurnal Obsesi : Jurnal Pendidikan Anak Usia Dini, 7*(1), 1156–1168. <https://doi.org/10.31004/obsesi.v7i1.3626>
- Yuh, J. (2017). Do mothers and fathers perceive their child's problems and prosocial behaviors differently? *Journal of Child and Family Studies, 26*(11), 3045–3054. <https://doi.org/10.1007/s10826-017-0818-1>
- Zemp, M., Johnson, M. D., & Bodenmann, G. (2018). Within-family processes: Interparental and coparenting conflict and child adjustment. *Journal of Family Psychology, 32*(3), 299–309. <https://doi.org/10.1037/fam0000368>

Zhao, F., Wu, H., Li, Y., Zhang, H., & Hou, J. (2022). The association between coparenting behavior and internalizing/externalizing problems of children and adolescents: A meta-analysis. *International Journal of Environmental Research and Public Health*. MDPI. <https://doi.org/10.3390/ijerph191610346>